



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA CAMPUS VII CODÓ
LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS - HISTÓRIA

JOSÉLIA DA SILVA DOS SANTOS

**MULHERES, NEGRAS E PROFESSORAS: REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO,
CLASSE E “RAÇA” PELO OLHAR DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO
MUNICÍPIO DE CODÓ**

CODÓ – MA

2022

JOSÉLIA DA SILVA DOS SANTOS

**MULHERES, NEGRAS E PROFESSORAS: REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO,
CLASSE E “RAÇA” PELO OLHAR DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO
MUNICÍPIO DE CODÓ**

Trabalho apresentado ao curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/História da Universidade Federal do Maranhão – UFMA Campus VII, Codó – MA como requisito para a obtenção do grau de Licenciada em Ciências Humanas – História.

Orientadora: Prof^a. Dra. Franciele Monique Scopetc dos Santos

CODÓ – MA

2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Santos, Josélia da Silva dos.

Mulheres, negras e professoras : representações de gênero, classe e raça pelo olhar de docentes da educação básica do município de Codó / Josélia da Silva dos Santos. - 2022.

70 f.

Orientador(a): Franciele Monique Scopetc dos Santos.
Curso de Ciências Humanas - História, Universidade Federal do Maranhão, Codó, 2022.

1. Classe. 2. Lugar de fala. 3. Mulher negra. 4. Professora. 5. Raça. I. Santos, Franciele Monique Scopetc dos. II. Título.

JOSÉLIA DA SILVA DOS SANTOS

**MULHERES, NEGRAS E PROFESSORAS: REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO,
CLASSE E “RAÇA” PELO OLHAR DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO
MUNICÍPIO DE CODÓ**

Trabalho apresentado ao curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/História da Universidade Federal do Maranhão – UFMA Campus VII, Codó – MA como requisito para a obtenção do grau de Licenciada em Ciências Humanas – História.

Orientadora: Profa. Dra. Franciele Monique Scopetc dos Santos

APROVADA EM: ___/___/___.

BANCA AVALIADORA

Profa. Dra. Franciele Monique Scopetc dos Santos (Orientadora Externa)
Departamento de Educação do Campo
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

Prof. Dra. Jascira da Silva Lima (Examinadora Interna)
Coordenação do Curso de Licenciatura
Interdisciplinar em Ciências Humanas/História
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dra. Fabiana Pereira Correia (Examinadora Interna)
Coordenação do Curso de Licenciatura
Interdisciplinar em Ciências Humanas/História
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

DEDICATÓRIA

Primeiramente a Deus por ter me ajudado a chegar até aqui.

A minha família que sempre esteve do meu lado, principalmente, minha mãe, que nunca mediu esforços para que seus filhos conseguissem realizar seus sonhos, apesar de todos os desafios, ela sempre nos incentivou a correr atrás de um futuro melhor.

A minha orientadora, Profa. Dra. Franciele Monique Scopetc dos Santos que nunca desistiu de mim apesar dos grandes desafios que enfrentamos juntas para concluir essa pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por nunca me deixar desistir dos meus sonhos, por sempre me mostrar que Ele estava comigo, mesmo que por muitas vezes eu tenha demonstrado fraqueza, duvidando de sua presença e poder. Sem Ele não teria forças para chegar até aqui.

A minha família pelo apoio, principalmente a dona Maria Edinalva da Silva, minha mãe, que sempre esteve do meu lado nas horas boas e ruins, por sempre me ajudar todas as vezes que precisei, essa mulher é para mim a minha vida. Sem ela, não sou ninguém.

Quero agradecer imensamente a Profª. Dra. Franciele Monique Scopetc dos Santos, por ter aceitado mais este desafio, que não foi fácil, entretanto ela nunca desistiu de mim e nunca me deixou desistir, além de minha orientadora, ela se tornou ao longo dessa caminhada meu principal referencial de professora e ser humano. Não sei se ela sabe, ela me transformou intelectualmente e como ser humano, encontra-la era transformador, só quem já foi, ou é aluno ou aluna, ou orientando dessa mestra poderá compreender do que estou falando. Não há palavras que possam descrever esse ser humano, então só posso agradecer, agradecer imensamente pelos múltiplos aprendizados, pela oportunidade de sempre aprender mais e mais, por aceitar caminhar junto comigo nessa jornada, por nunca ter desistido de mim e por sempre me mostrar que eu sou capaz, saio hoje uma pessoa diferente, entrei menina nesse trabalho, hoje saio uma mulher, uma mulher emponderada, que acredita mais em si, e acreditando que todos os seus sonhos possam ser realizados, isso graças aos ensinamentos da minha orientadora.

Agradeço também a todos os meus professores que sempre estiveram ao meu lado, principalmente ao Prof. Dr. Alex Lima de Sousa e a Profª. Dra. Jascira da Silva Lima, que sempre estiveram ao meu lado me encorajando a correr atrás dos meus sonhos, sempre me dando uma palavra de incentivo e apoio. Agradeço também as quatro professoras colaboradoras dessa pesquisa por aceitarem compartilhar suas histórias, terem aberto as portas de suas casas para me receber, sem ao menos me conhecer, obrigada pelo acolhimento e confiança. Quero agradecer de modo especial a Profª. Dra. Jascira da Silva Lima e a Profª. Dra. Fabiana Pereira Correia por terem aceitado fazer parte desse momento tão especial para mim.

Agradeço a todos os meus amigos em particular ao meu amigo Fábio Montelo, que sempre esteve do meu lado, e todo corpo de colaboradores da UFMA de Codó pelo apoio.

Agradeço a todos aqueles que sempre acreditaram em mim e também aqueles que não acreditaram, pois eles me ajudaram a me superar, mostrando para mim mesma que quando se tem fé, foco e determinação nada é impossível.

“Creio que se o ato de ler, oferece a apreensão do mundo, o de escrever ultrapassa os limites de uma percepção da vida. Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua auto inscrição no interior do mundo. Na maioria das vezes escrever dói, mas depois do texto escrito é possível apaziguar um pouco a dor, um pouco...escrever pode ser uma espécie de vingança, um desafio, um modo de ferir o silêncio imposto, ou ainda, um gesto de teimosa esperança. E afirmo sempre que a nossa escrevivência não pode ser lida como história para ‘nina os da casa grande’ e sim para incomodá-los em seus sonos injustos”.

Conceição Evaristo

RESUMO

Esta monografia resulta de pesquisa cujo foco incidu sobre a trajetória de mulheres negras professoras da rede pública da cidade de Codó-MA, no intuito de aprofundar conhecimentos sobre as categorias gênero, “raça” e classe. A pesquisa possibilitou verificar indícios seculares de uma sociedade que ainda é fortemente marcada por preconceitos, racismo e sexismo. Na história recente do país sobretudo, após a redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988, as mulheres enfrentaram várias barreiras para conseguir chegar aos espaços de decisão e de poder, barreiras estas que não foram quebradas totalmente como muitos pensam. As mulheres ainda enfrentam problemas de diversos tipos: assédio, sobretudo no campo profissional, assim como violências físicas e psicológicas; é nessa perspectiva que as categorias gênero, classe e “raça” são chaves para compreensão da realidade das professoras que nessa pesquisa partilharam suas vivências. A investigação permite afirmar: a violência incide de modo mais abrasivo sobre mulheres negras. A problemática desta pesquisa analisou as categorias “raça”, gênero e classe social, fazendo uma ligação com as trajetórias educacionais de quatro mulheres professoras negras. A questão central da pesquisa foi: quais os desafios enfrentados por mulheres negras que lecionam em escolas públicas situadas no bairro Codó Novo? Assim compartilhamos as trajetórias dessas mulheres para promover reflexões e debates, bem como, mostrar a emergência de se quebrar o silêncio, a exclusão e os racismos, que permeiam a formação docente e a atuação na educação básica, vivenciada por elas e partilhadas em nossa pesquisa. Por fim, coube na análise uma orientação metodológica a partir da história oral, mediante aplicação de entrevistas semiestruturadas. Utilizamos o referencial teórico de Djamila Ribeiro, sobretudo, a noção de lugar de fala, além do aporte teórico de Angela Davis e Simone de Beauvoir.

Palavras-chave: Lugar de Fala; Classe; Mulher Negra; Professoras; Raça.

ABSTRACT

This monograph is the result of research whose focus was on the trajectory of black women teachers in the public network of the city of Codó-MA, in order to deepen knowledge about the categories gender, "race" and class. The research made it possible to verify secular signs of a society that is still strongly marked by prejudice, racism and sexism. In the country's recent history, especially after redemocratization and the enactment of the Federal Constitution of 1988, women face several barriers to reach decision-making and power spaces, barriers that have not been completely broken as many think. Women still face problems of different types: harassment, especially in the professional field, as well as physical and psychological violence; it is in this perspective that the categories gender, class and "race" are keys to understanding the reality of the teachers who shared their experiences in this research. The investigation allows us to affirm that violence affects black women more abrasively. The problem of this research aimed to analyze the categories "race", gender and social class, making a connection with the educational trajectories of four black women teachers. The central question of the research was: what are the challenges faced by black women who teach in public schools located in the Codó Novo neighborhood? Thus, we share the trajectories of these women to promote reflections and debates, as well as to show the emergence of breaking the silence, exclusion and racism that permeate teacher training and performance in basic education, experienced by them and shared in our research. Finally, a methodological orientation was analyzed based on oral history, through the application of semi-structured interviews. We used the theoretical framework of Djamila Ribeiro, above all, the notion of place of speech, in addition to the theoretical contribution of Angela Davis and Simone de Beauvoir.

Keywords: Place of Speech; Class; Black woman; Teachers; Breed.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

FBI – Departamento Federal de Investigação

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

IFMA – Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Maranhão

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

DIEESE – Departamento de Estatística e Estudos Socioeconômico

LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

COMAM – Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão

ONU – Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 9 |
| 2 CONTANDO A HISTÓRIA E A MEMÓRIA DE CODÓ | 14 |
| 3 DELINEANDO O CAMPO DE PESQUISA, UM OLHAR SOBRE A METODOLOGIA | 18 |
| 3.1 O acesso ao sujeito da pesquisa | 19 |
| 3.2 Critérios de escolhas das docentes..... | 20 |
| 3.3 Perfil das professoras | 21 |
| 4 RECONSTRUINDO MEMÓRIAS..... | 22 |
| 5 IDENTIDADE NEGRA: SUBJETIVIDADE DA RESISTÊNCIA | 32 |
| 6 TRAJETÓRIA DE VIDA DE PROFESSORAS NEGRAS NA CIDADE DE CODÓ .. | 45 |
| 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 59 |
| REFERÊNCIAS..... | 64 |
| APÊNDICE -A | 66 |

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como finalidade analisar as seguintes categorias: “raça¹”, gênero e classe social fazendo assim uma ligação com o universo da trajetória profissional de quatro mulheres negras professoras. Apesar do termo “raça” apresentar para alguns estudiosos ausência de raças para a espécie humana, em termos rigorosamente biológicos, utilizaremos o termo “raça” na definição de Antônio Guimarães, segundo Guimarães (2002) “raça” é uma categoria analítica que deve ser empregada não no sentido biológico do termo, mas na construção social. Segundo Angela Davis (2011) a “raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mutuas e outras que são cruzadas” (Angela Davis- as mulheres negras na construção de uma nova utopia).

Trazer para o debate essas categorias, que permeiam a história dessas mulheres e os preconceitos vivenciados por elas, é ter por objetivo contribuir para as pesquisas sobre: racismo, sexismo, exclusão social, preconceitos e questões relacionadas a gênero, sobretudo o feminino, no campo das humanidades.

Para tanto as perguntas que norteiam nossa pesquisa são: quais os desafios enfrentados por professoras negras que atuam em escolas públicas situadas em um bairro periférico da cidade de Codó? Como essas mulheres professoras pensam e narram questões relacionadas a classe, gênero e “raça”? Há na instituição social escolar espaço para os debates sobre o preconceito e o racismo? Essas são algumas das linhas de pensamento que seguimos no desvelar de nossa investigação.

A seleção das entrevistadas obedeceu aos seguintes critérios: atuação em escolas da rede pública e a autoidentificação como mulher negra. Inicialmente, escolhemos quatro escolas do bairro Codó Novo para uma primeira conversa informal e fazer contato com as colaboradoras. O segundo passo foi localizar nossa fonte de pesquisa, objetivando estabelecer possibilidades de registro das narrativas dessas mulheres professoras.

Quando apresentamos nossa proposta de pesquisa todas se manifestaram positivamente em relação ao tema. Com tal posicionamento ficou evidente que essas professoras necessitam

¹ Por causa da polêmica envolvendo o termo “raça” para designar seres humanos, ele será apresentado entre aspas ao longo desse trabalho a fim de denotar o seu caráter de construção social, em contraposição a qualquer abordagem biologizante.

falar e serem ouvidas. O contexto deste estudo traz como lócus de pesquisa quatro escolas da rede pública do bairro Codó Novo.

Trabalhar questões de “raça”, classe e gênero, conhecer as histórias dessas mulheres, para nós enquanto mulheres negras, sobretudo para mim, historiadora em formação, mulher, negra e futura professora é um privilégio, pois possuímos raízes raciais e partilhamos dos conflitos que permeiam a existência da mulher negra. Perceber isto dentro de uma sociedade que foi construída a partir de um ideal de ser mulher, sociedade essa patriarcal e machista, na qual a mulher negra não possui as características estabelecidas por percepções de beleza voltadas para os estereótipos europeus de beleza.

Minha inquietação se deu primeiramente por experiências pessoais, pois como mulher negra me encontro em diversos momentos perante várias formas de preconceitos e discriminações. Tais situações foram impulsionadoras para a realização da pesquisa. Outro fator relevante foram algumas conversas com uma professora negra. Esse momento se deu durante meu estágio supervisionado, aonde pude percorrer algumas escolas e nessa caminhada foi possível observar de perto a realidade das professoras negras. Deste modo, observei que a desigualdade entre brancos e pretos no Brasil ainda está enraizada no seio da sociedade; assim, é válido supor que quanto mais clara a pele for, maiores serão as oportunidades que uma pessoa terá e quanto mais escura a pele for, menos serão suas chances, sobretudo no âmbito profissional.

No Brasil cor da pele, “raça” e classe social ainda influenciam a posição de cada indivíduo na sociedade e ainda legitimam quem tem direito à fala. Isso surge em decorrência do racismo ser uma das bases que estruturam as relações sociais no Brasil. A temática a qual dirigimos o olhar nesta pesquisa é uma inquietação de muitos historiadores, historiadoras e de muitas feministas negras. Combater tais questões é uma luta árdua do feminismo negro, que entrecruza todas essas categorias, trazendo para nosso conhecimento a interseccionalidade, que é justamente combater todas essas formas de opressão sem colocar uma sobre a outra e como nos mostra Angela Davis no seu livro, *Mulher, Raça e Classe* (DAVIS, 2016) e Djamila Ribeiro em *O que é lugar de fala?* (RIBEIRO, 2016). E foi essa inquietação, essa necessidade de conhecer as histórias de vida dessas mulheres, conhecer os desafios de ser mulher negra em uma sociedade construída sobre a masculinidade, branquitude e a hierarquização de uma classe sobre a outra, que instigaram esta investigação.

Tal pesquisa, tem a pretensão de tentar analiticamente, contribuir para a transformação do modelo de sociedade que se foi construído, não temos a pretensão de somente a partir desse trabalho, fazer com que a sociedade venha a aderir todas as questões expostas aqui, mas

sim questionar tal modelo, no qual a mulher negra é sempre vista como submissa e subalterna, para assim provocar no leitor ou na leitora uma reflexão mais crítica sobre a condição da mulher, principalmente da mulher negra.

Pois como é possível observar a sociedade determina o modelo de ser mulher, no qual a mulher que deve ser representada é aquela magra, de cabelos longos loiros, pele branca, olhos azuis ou verde, essa é a imagem do que deve ser uma mulher. E como a mulher negra não possui nenhuma dessas características, são cruelmente discriminadas por este sistema, que se formou com base na branquitude, na masculinidade e que é aceito por uma parcela significativa da sociedade, sem um olhar crítico acerca da situação.

A população negra é a maior vítima de todos os tipos de violências. Precisamos “quebrar as armas, tirar as vendas dos olhos, abrir a boca e gritar”, para que assim as vozes que por muito tempo foram silenciadas tenham direitos, consigam ser ouvidas, acolhidas e, sobretudo, visibilizadas.

As mulheres negras sempre lutaram para ter seu espaço dentro da sociedade, desde o período escravista. A luta dessas mulheres por reconhecimento e cidadania não é algo novo, porém, apesar de tantas lutas ao longo dos séculos, essa questão da invisibilidade da mulher negra ainda está enraizada na nossa sociedade, ou seja, é algo estrutural, desse modo algo que foi organizado, estruturado sistemicamente.

Apesar das mulheres negras conseguirem com muita luta conquistar os espaços que almejam na sociedade brasileira, elas ainda permanecem num lugar de submissão, opressão, com os mesmos opressores. Posto que ainda lhes são negados alguns espaços, isso ocorre não devido sua incompetência ou incapacidade, mas pela sua própria formação e representação histórica sob o prisma da branquitude e da masculinidade.

O racismo e os preconceitos possuem finalidades distintas, o de excluir, humilhar e de oprimir determinado grupo, neste caso o negro, sendo usados para impor uma dominação que vem se alastrando há anos.

Isso faz parte de um (pré) conceito que se criou e envolveu também a mulher negra ao longo do tempo. Trazer à tona as narrativas das professoras negras para o debate é uma forma de dar voz a essas mulheres, que muito tempo foram silenciadas, e não porque não tenham algo a dizer, mas porque a sociedade impunha esse silêncio a estas mulheres. Quando os indivíduos que colocam essas mulheres nesse lugar de subordinação pararem para ouvir o grito de socorro delas, eles começarão a perceber que o lugar ocupado por esse grupo foi conseguido pela submissão de outro grupo, tal fato caracteriza um dos motivos que esse grupo

subordinante não abre os olhos para a cruel realidade das mulheres negras e de outras parcelas subordinadas.

Essa pesquisa está dividida em cinco capítulos, no primeiro capítulo trataremos alguns aspectos geográficos e políticos da cidade de Codó - Maranhão, espaço este escolhido por nós para realizar tal pesquisa. O local escolhido não foi por acaso, além de sermos moradoras da cidade e do bairro em estudo, o mesmo foi e ainda é formado por uma parcela significativa de pessoas negras, sendo um bairro que ainda expressa inúmeras vulnerabilidades sociais. O segundo capítulo descreverá os aspectos metodológicos utilizados na pesquisa, assim como, o acesso às colaboradoras, os perfis das professoras e critérios de escolhas. Nesse momento explicaremos quais os procedimentos utilizados para a realização deste trabalho, os processos para chegar a ter nossas colaboradoras, os perfis tanto pessoal e profissional que traçamos para a escolha destas. Para uma maior preservação destas contribuintes da pesquisa, optamos por utilizar nomes fictícios, como também ficará no campo do anonimato os nomes das escolas utilizadas na pesquisa e ainda nomes de terceiros citados pelas docentes.

O terceiro capítulo trará algumas análises da situação da mulher ao longo dos séculos, trazendo, assim, para o conhecimento lutas e desafios, não temos de forma alguma a pretensão de abarcar todo o esboço histórico que envolve a situação da mesma, isso seria pretensão demais, nosso desafio é elencar algumas características da situação destas para o recorte de nossa pesquisa.

No quarto capítulo trataremos alguns aspectos específicos da situação da mulher negra para debate, bem como, sua invisibilidade, sua falta de aceitação por uma parcela da sociedade. Além de salientar as múltiplas opressões vivenciadas pelas mulheres negras, analisaremos também a contribuição do movimento feminista negro.

O quinto capítulo: “Trajetória de vida das professoras negras na cidade de Codó” trará a análise da trajetória de vida dessas mulheres negras, tanto no âmbito profissional como pessoal. Traçamos alguns critérios para a realização deste capítulo, como por exemplo, a contribuição da família destas docentes, motivos da escolha profissional pela docência, influência da cor no decorrer da sua formação profissional.

As famílias são elementos fundamentais no processo de formação destas docentes, pois foram estas que contribuíram para a formação individual dessas mulheres. Sendo um porto seguro que elas encontraram para seguir em frente sem nunca desistir dos sonhos por causa da melanina da sua pele, por seu cabelo afro, ou por seu fenótipo negro. E a figura que mais ganha destaque nesse grupo é a figura materna, como será possível constatar durante a leitura dessa pesquisa, a mãe de cada uma delas foi o maior incentivo dessas mulheres.

Para concluir este estudo foi um desafio, pois nossa pesquisa sofreu as consequências deste período de isolamento devido a pandemia. No início de 2020, o Brasil teve que lidar com a pandemia Covid-19, o que veio a provocar mudanças na vida cotidiana das pessoas. A situação afetou a vida das pessoas em diferentes esferas como a familiar, social e escolar. Promover essa pesquisa em tempo de pandemia e isolamento social, para além de desafiador, foi aprender uma nova forma de socialização e de construção. Com o isolamento social o contato direto com as colaboradoras ficou mais difícil, por causa das medidas de prevenção que a Covid-19 trouxe. Alguns dos encontros com as colaboradoras foram feitos por meio de recursos tecnológicos, assim foram realizadas conversas promovidas por vídeos chamadas.

A pesar das frustrações com o andamento da pesquisa, conseguimos concluí-la. Com muitas dificuldades aprendemos a nos organizar para contornarmos esse momento no qual se encontra a sociedade brasileira.

2 CONTANDO A HISTÓRIA E A MEMÓRIA DE CODÓ

A cidade de Codó foi fundada em 16 de abril de 1896. Sua população foi estimada em 123.368 habitantes. Segundo o último censo realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgado em primeiro de dezembro de 2010, o município apresenta os seguintes dados, tabela 1.

Tabela 1: População por gênero, Codó -MA

| População por gênero | Habitantes | Percentual |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| Total por gênero | 118.072 | 100%. |
| População masculina | 57.403 | 48,65%; |
| População feminina | 60.635 | 51,35% |

Fonte: IBGE (2010).

É possível verificar a partir dos dados acima que a população codoense é composta por mais mulheres que homens, sendo a sexta cidade mais populosa do Maranhão. O município possui várias características, como por exemplo, é o lugar que possui o maior número de centros de religião de matriz africana, tendo em sua composição mais de duas centenas de terreiros, casas, tendas, centros de Terecô e Umbanda (CENTRINY, 2015).

A cidade foi elevada à categoria de vila pela Lei Estadual nº38/38 de 21.07.1838, autenticada pelo então presidente da província do Maranhão Vicente Tomas Peres de Figueiredo Camargo. Mais tarde, a vila passou à condição de cidade por meio da Lei Estadual nº 133/98 de 16 de abril de 1896, sancionada pelo governador Alfredo da Cunha Martins (SILVA, 2013). A origem do nome Codó, relaciona-se com charco, pântano, alagadiço, brejo, para outros, Codó tem sua origem etimológica em Codorna ou Codorniz.

Silva (2013) destaca a cidade como uma grande produtora de algodão desde o período colonial. A primeira indústria, a COMAM (Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão) chegou a Codó em 1892 trazida por Emilio Lisboa, e produzia segundo Silva (2013), algodãozinho, brins, mesclas, riscadas e sacaria além de, arroz, mandioca, milho e feijão. “No setor industrial, o município também se destaca pela produção de produtos como cimento, cal, óleo de babaçu, tijolo, telha, cerâmica e madeira” (SILVA, 2013, p.67-68), ao passo que também ganha destaque no extrativismo vegetal com a produção de amêndoa e babaçu, carnaúba e carvão e no extrativismo mineral, calcário, gesso e gipsita.

Codó é um dos municípios que mais possui influência dos povos africanos na região. Segundo Mônica Silva (2018) os mesmos chegaram ao município em 1780 e se estendeu até 1790. Outros povos que contribuíram para a formação do município foram os portugueses, Guanaré, Barbado, Timbiras, Urubu e sírios, os portugueses chegaram em 1850 e os sírios em 1887. Assim como os africanos, os portugueses se voltaram à lavoura e os sírios ao comércio. Codó desde sua formação foi habitada por uma diversidade cultural que impactou o desenvolvimento do município em inúmeros fatores, econômicos, políticos, sociais, religiosos, dentre outros.

Segundo constatou a pesquisa fornecida pelo IBGE de 2010, 75,2% da população maranhense é considerada negra. Em Codó, 83% da população de um total de 118,038 mil habitantes é negra. Os dados mostram que 15,498 se autodeclararam pretos e 84,435 pardos totalizando assim 99,993 mil negros; 16, 739 brancos; 1,262 amarelos e 104 indígenas.

Geograficamente a cidade de Codó localiza-se na região Nordeste do Estado do Maranhão, fazendo parte da mesorregião Leste Maranhense e da microrregião dos Cocais. O município é banhado pelos seguintes rios: Itapecuru (um dos mais importantes rios do Estado do Maranhão além de ser o maior rio do Maranhão) o mesmo deu origem ao povoamento do município, além deste, é banhado pelo rio Saco e Codozinho.

O município se limita com os municípios de Afonso Cunha, Aldeias Altas, Caxias, Coroatá, Chapadinha, Dom Pedro, Gonçalves Dias, Governador Archer, Lima Campos, Timbiras e Santo Antônio dos Lopes. A cidade é cortada pela BR-316 e a ferrovia São Luís-Teresina que segue até Fortaleza, favorecendo o escoamento de mercadorias. Apesar de estar no estado do Maranhão, o município de Codó é muito mais ligado à capital piauiense Teresina pela proximidade de apenas 169 quilômetros.

Codó possui três rios perenes são eles: Codozinho, Saco e Itapecuru. O município de Codó faz parte da bacia hidrográfica do rio Itapecuru, onde se destacam dois afluentes, o rio Codozinho e o rio Saco, além de inúmeros brejos, como Roncador, o brejo da Tiririca, Pratinha, o riacho São José, e dentre muitos outros rios temporários, como o rio Cigana.

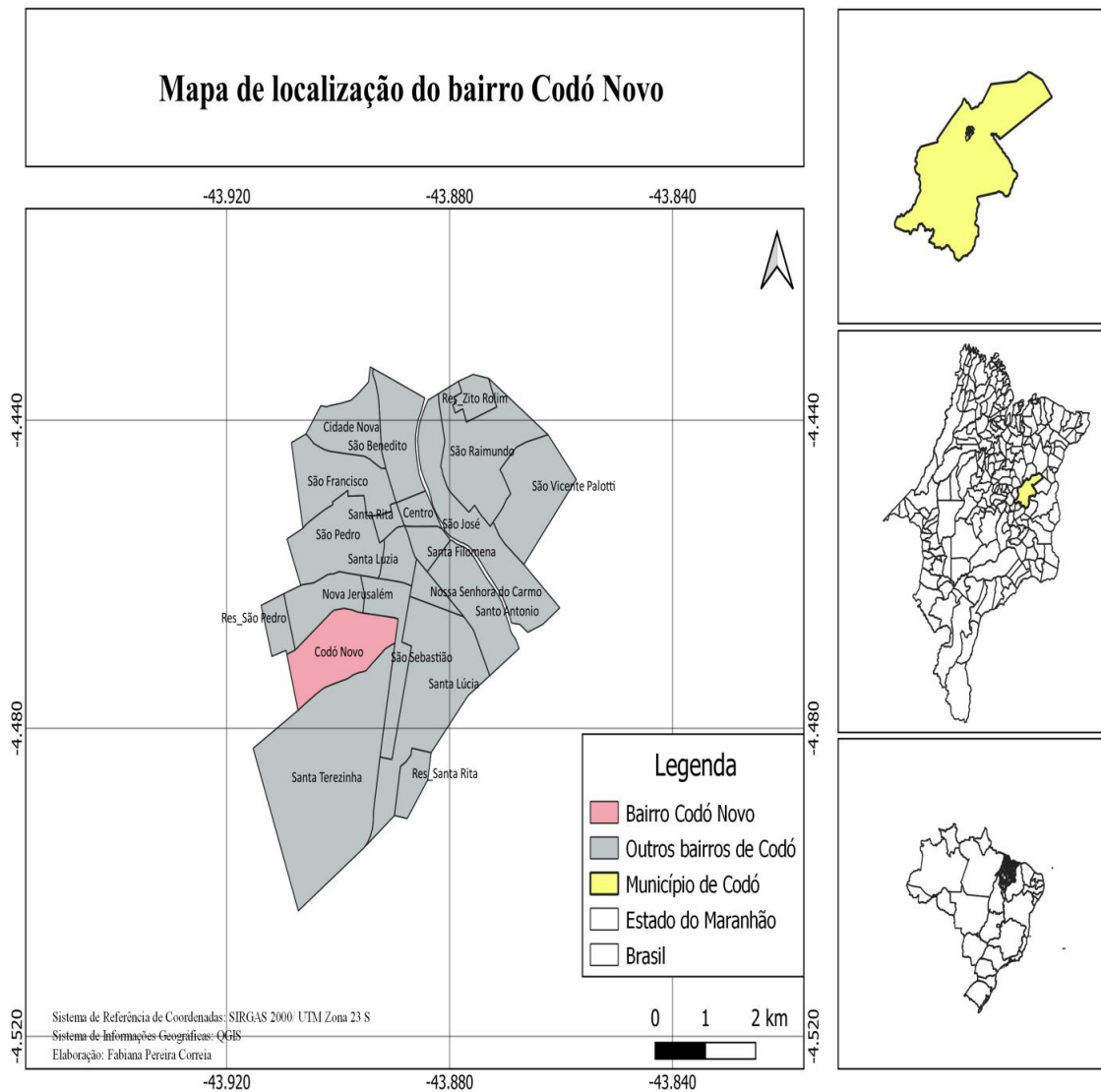
No campo educacional ganha destaque o nome de Filomena Catarina Moreira, a primeira mulher negra professora normalista em Codó. Ela foi a primeira mulher negra codoense a se formar no curso de professoras normalistas. Sua história de vida não é diferente dos depoimentos das colaboradoras desta pesquisa, professoras Maria, Ana, Clara e Nina. Assim como nossas colaboradoras, a professora Filomena teve um legado de luta e resistência contra o preconceito, de vida simples e de família sem posses, adentrar o mundo educacional foi um desafio.

Atualmente a cidade conta com um campus da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) que no momento possui cursos de licenciatura, a saber: Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas, Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais e Pedagogia. O município possui também um campus do Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Maranhão (IFMA) e um polo da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Codó é majoritariamente negra, não somente na sua cor de pele; é negra em hábitos, cultura, costumes, valores e religiosidade; é negra na sua alimentação: peixe frito com cuxá. É majoritariamente negra em história, memória e ancestralidade.

O bairro Codó Novo escolhido por nós para a elaboração desse estudo, encontra-se localizado no oeste do município. A divisão do município em bairros se deu na gestão de Antônio Joaquim Araújo, a partir da lei municipal nº 726/ 83 de 04 de junho de 1983. Os primeiros bairros formadores da cidade de Codó foram: Centro, São Benedito, Cidade Nova, São Francisco, São Raimundo, Santa Luzia, São Pedro, São Sebastião, Santa Lúcia, Nossa Senhora das Graças, Santa Filomena, Santo Antônio e São José.

Segundo Sousa (2006) “Codó Novo se caracteriza-se como bairro pertencente à periferia do município, com casas classificadas de porte baixo por sua construção precária em areias reduzidas e com ventilação comprometida” como é possível observar na foto 1. Sua formação se deu inicialmente a partir de famílias vindas de diversos lugares ao redor da cidade, e também de pessoas vindas do interior para a cidade em busca de melhoria de vida. Na ocupação territorial do bairro, ganha destaque a figura do falecido e ex-prefeito Ricardo Archer, que fazia doação de terras as pessoas mais carentes do município, a terra era conseguida também através da compra parcelada. Outra figura que ganha destaque na formação desse bairro são as quebradeiras de coco babaçu, vale ressaltar que até hoje a prática da quebra do babaçu ainda faz parte do bairro em estudo, a Associação das Quebradeiras de Coco Babaçu também funciona no bairro.

Figura 1: Localização do Bairro Codó Novo – Codó – MA



Fonte: Correia² (2022).

² Docente da UFMA – Campus VII Codó, ligada ao curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/História

3 DELINEANDO O CAMPO DE PESQUISA, UM OLHAR SOBRE A METODOLOGIA

Nesse capítulo trataremos dos métodos utilizados durante a realização da pesquisa, para tanto, utilizamos alguns autores que estruturaram nossa pesquisa na constituição desse processo, como Antônio Carlos Gil (2008), Eva Maria Lakatos e Maria de Andrade Marcone (2003), Marília Freita de Campos Tozoni-Reis (2009).

Essa pesquisa está inserida no campo da interdisciplinaridade e na interseccionalidade³ no sentido de conhecer a história de um grupo que foi colocado na condição de subalterno, condição essa que lhe foi imposta por um grupo que se acha superior e hegemônico. Com base nas leituras dos autores supracitados, poderemos observar que nossa sociedade foi construída a partir das narrativas dos brancos que sempre se apresentam como determinantes universais.

A presente pesquisa buscou de início, um referencial que pudesse fundamentar as questões no tocante à invisibilidade da mulher negra desde a escravidão até a contemporaneidade. Portanto, se fez necessário o uso da pesquisa qualitativa. A pesquisa segundo Tozoni-Reis “[...] é um procedimento formal, com métodos e pensamentos reflexivos, o que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais” (TOZONI-REIS, 2009, p. 155).

Carlos Gil complementa a definição de Marília Tozoni-Reis dizendo que a pesquisa se define “[...] como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimento científico” (GIL, 2008, p. 26).

A principal finalidade da pesquisa é a solução de problemas, sendo assim ela parte de um problema, sua finalidade é buscar uma resposta para tal problema com base no uso do método científico. É através da pesquisa que se obtém conhecimento e se faz novas descobertas acerca de um determinado assunto. A pesquisa em questão contou primeiramente com uma exploração bibliográfica, para assim fazer uma conceituação da categoria mulher negra. Segundo Carlos Gil:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador

³ O conceito de interseccionalidade surgiu a partir das lutas e teorizações dos movimentos feministas negros nos Estados Unidos e no Reino Unido entre os anos 1970 e 1980.

a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais amplos do que aquela que poderia pesquisar diretamente (GIL, 2008, p. 50).

Essa metodologia se faz necessária quando o problema que se tenta solucionar requer dados mais precisos. Pois como salienta Carlos Gil,

[...] seria impossível um pesquisador percorrer todo território brasileiro em busca de dados sobre a população ou renda per capita; todavia se tem a sua disposição uma bibliografia adequada, não terá maiores obstáculos para contar com as informações requeridas (GIL, 2008, p. 50).

Segundo Marconi e Lakatos a pesquisa de campo se define como:

Aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimento acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (MARCONI, LAKATOS, 2003, p.186).

Além disso, uma peculiaridade dessa forma de pesquisa é que a mesma se caracteriza como uma metodologia que busca, além de tudo, ouvir e registrar as vozes dos sujeitos excluídos da história oficial e inseri-los dentro dela. Assim, nosso principal objetivo nesse estudo é incorporar as vozes das professoras negras, principal elemento dessa investigação, ou seja, é dar a voz a um grupo marginalizado.

Ao darmos a voz, elencamos o instrumento da entrevista, o qual nos possibilitou uma viagem no tempo ao rememorar e reforçar as identidades das professoras, seus lugares de fala (RIBEIRO, 2016). A entrevista semiestruturada possibilitou ver como ao criar as próprias histórias, de professoras, mulheres e mulheres negras, a pesquisadora tornou-se parte do momento em que as narrativas foram compartilhadas, estabelecendo assim, laços de afeto e condições epistemológicas de formular, pensar e analisar as principais categorias desta pesquisa.

3.1 O acesso ao sujeito da pesquisa

Depois de escolher o tema a ser trabalhado, o segundo passo foi localizar nossas fontes de pesquisas, para isso percorremos quatro escolas da rede pública da cidade e nesse percurso escolhemos quatro professoras. O terceiro passo foi apresentar nossa proposta de pesquisa para as professoras, no qual tivemos muita reciprocidade por parte delas, de início

estabelecemos uma primeira conversa informal. Isso foi essencial para que pudéssemos ter mais clareza sobre alguns aspectos. Esse primeiro diálogo possibilitou a formulação do questionário utilizado na entrevista, que foi respondido pelas colaboradoras. O questionário teve por objetivo conhecer melhor alguns aspectos das contribuintes, delimitado dentro dos preceitos da ética da pesquisa, partilhamos a autorização e o termo de consentimento livre e esclarecido. A partir do momento que foi diminuindo o distanciamento, pudemos então estruturar e consolidar nosso trabalho de monografia.

À medida que se aprofundava os estudos para a consolidação desse trabalho, fomos aprimorando nosso conhecimento, percebendo com um olhar mais crítico uma sociedade permeada por preconceitos, discriminação, além de ser influenciada por valores tradicionais e sexistas. O ponto-chave dessa pesquisa: todas as participantes não demonstraram resistência em narrar suas trajetórias de vida, pelo contrário, se sentiram honradas em poder contribuir com a reflexão por nós proposta.

Foi, em outra via, para elas uma forma de reviver suas histórias. Mostraram-se interessadas pelo tema e se colocaram à disposição, caso fosse necessário novas intervenções ou encontros. Isso possibilitou conhecer um pouco mais de nossa própria existência, de onde viemos e onde queremos chegar, pois conhecendo a trajetória dessas mulheres percebe-se que apesar dos obstáculos que podiam impedi-las de crescer e de ir em busca de seus sonhos, elas não desistiram.

3.2 Critérios de escolhas das docentes

A seleção das colaboradoras dessa pesquisa obedeceu aos seguintes critérios: sexo, cor, etnia, nível de escolaridade, atuação em escolas da rede pública e, sobretudo se autoidentificavam como mulher negra, pertencentes ao grupo étnico em questão. Inicialmente, escolhemos quatro escolas do bairro Codó Novo para uma primeira conversa informal e fazer um primeiro contato com as contribuintes desse estudo.

Para a escolha dessas docentes nos baseamos no fenótipo, ou seja, na cor da pele e no modelo do cabelo, que são as características que marcam os preconceitos que assolam essas mulheres, isto é, todos os tipos de preconceitos vivenciados por este grupo se baseiam inicialmente na aparência, ou seja, nos traços fenotípicos.

3.3 Perfil das professoras

Para um recorte mais profundo, optamos por mulheres negras, professoras da rede pública. O primeiro critério para escolhê-las foi a identificação delas com o grupo étnico, lecionar na rede pública do município, lecionar entre 5ª e o 9º ano, a faixa etária entre 23 e 40 anos de idade.

Todas lecionam no município de Codó, no ensino fundamental e são codoenses. Em relação à escolaridade, todas possuem curso superior e lecionam em escolas públicas. Duas das colaboradoras estudaram em escolas privadas e as outras duas concluíram todo seu ensino em escolas públicas. Os pais das participantes do estudo são semialfabetizados ou alfabetizados. Identificou-se que as mães de duas entrevistadas já foram professoras, o que talvez tenha suscitado as participantes a escolherem à docência.

4 RECONSTRUINDO MEMÓRIAS

Nesse capítulo trataremos das características das trajetórias das mulheres na história, visto que para compreender os processos que se configuram até os dias atuais na nossa sociedade em relação à mulher negra é preciso conhecer os processos de formação dessas mulheres. Para chegarmos a esse fim, utilizaremos como aporte algumas obras, como a de Angela Davis, *Mulher, Raça e Classe* (DAVIS, 2016), que aborda as questões de “raça”, classe e gênero.

A obra relata a luta da mulher desde o período escravocrata. Angela Davis foi uma autora à frente de seu tempo, como é possível observar em sua obra. Ativista e intelectual, nascida na década de 1940, no estado do Alabama, Estados Unidos, essa autora por causa do seu ativismo sofreu diversas perseguições, sendo presa em 1970, acusada de envolvimento em um atentado, em decorrência desse fato seu nome foi colocado na lista dos dez fugitivos mais procurados pelo FBI (*Federal Bureau of Investigation*)⁴. Após ser presa, sua luta ganhou mais notoriedade, o mundo parou por conta da campanha libertem Angela Davis, após dezoito meses, ela foi inocentada de todas as acusações. Sendo professora de Filosofia foi impedida de lecionar na Universidade da Califórnia por causa da sua ligação com o partido comunista. Sua obra é marcada por um pensamento que visa romper com as assimetrias sociais, ou seja, as diferenças sociais.

Sua obra mais conhecida, *-Mulher, Raça e Classe-* (DAVIS, 2016) é fundamental para entender as nuances das opressões. Logo no primeiro capítulo Angela Davis trata da escravidão e de seus efeitos, evidenciando como a mulher negra foi desumanizada, nos dá a dimensão da impossibilidade de pensar um projeto de nação que desconsidera a centralidade da questão racial, já que a sociedade foi fundada no racismo. A autora nos mostra a necessidade da não hierarquização das opressões, ou seja, o quanto é preciso considerar a intersecção de “raça”, classe e gênero para possibilitar um novo modelo de sociedade.

Nessa obra ela propõe um debate sobre o abolicionismo penal, como imprescindível para o enfrentamento do racismo institucional. Denuncia o encarceramento em massa da população negra como mecanismo de controle e dominação.

Mesmo sendo marxista, Angela Davis é uma grande crítica da esquerda ortodoxa, que defende a primazia da questão de classe sobre as outras opressões. Em *As mulheres negras na*

⁴ Departamento Federal de Investigação (tradução nossa).

construção de uma nova utopia, uma entrevista proferida por Davis à revista Geledés⁵, publicada em 2011, a autora destaca a importância de refletir sobre de que maneira as opressões se combinam e se entrecruzam.

Outra obra que traremos para melhor fundamentar as questões das opressões contra a mulher será *O Segundo Sexo* (BEAUVOIR, 2016), de Simone Lucie Ernestine de Marie Bertrand de Beauvoir, ou simplesmente, Simone de Beauvoir, como é mais conhecida. Uma pensadora francesa do século XX, filósofa existencialista, memorialista e feminista, sua grande contribuição foi no campo dos estudos sobre o feminismo e na luta pela igualdade de gênero.

A obra em destaque trata de alguns pressupostos sobre a dominação masculina, de como alguns pensadores sustentam a ideia de inferioridade da mulher perante o homem, nessa obra ela traz para a crítica alguns pressupostos utilizados para tentar justificar a dominação do sexo masculino sobre o sexo feminino, tentando desmistificar esses pressupostos que buscam legitimar essa dominação.

Juntamente com a obra de Angela Davis, dentre outras filósofas ativistas do movimento negro, traremos para debate e análise a obra Pierre Bourdieu, *A dominação masculina* (2010). Pierre Bourdieu sociólogo contemporâneo, nasceu em 1930 e faleceu em 2002, nessa obra ele traz como fundamento da dominação masculina a violência simbólica, nas palavras desse sociólogo: “[...] é uma violência suave, quase imperceptível a gente não sente a gente não ver, mas ela existe” (BOURDIEU, 2010, p.31).

Constata-se com base nas leituras, que a mulher é colocada num lugar de inferioridade em relação aos homens, esse fato ocorre há anos, quem nunca ouviu aquela “bela” frase: “Lugar de mulher é em casa ou na cozinha”, entretanto quem disse que lugar de mulher é em casa ou na cozinha? O racismo já pode ser percebido nesse pequeno enunciado. A mulher para muitos é colocada como o inverso do homem. Ser mulher é lutar todos os dias contra uma supremacia masculina. Nesse sentido, Djamilia Ribeiro nos diz que:

Essa insistência em não se perceberem como marcados, em discutir como as identidades foram forjadas no seio de sociedades coloniais, faz com que pessoas brancas, por exemplo, ainda insistam no argumento de que somente elas pensam na coletividade; que pessoas negras, ao reivindicarem suas existências e modos de fazer político e intelectuais, sejam vistas como separatistas ou pensando somente nelas mesmas. Ao persistirem na ideia de que são universais e falam por todos, insistem em falarem pelos outros,

⁵ Disponível em: https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/?gclid=CjwKCAiA6Y2QBhAtEiwAGHybPc6vU5-C4GAJQ2ISYGeG6YsX64TD65XSkkIius4hL7BzGp1rWx1NLRoC2hoQAvD_BwE.

quando na verdade, estão falando de si ao se julgarem universais (RIBEIRO, 2017, p. 31).

Isso porque somos um país que não teve uma devida elaboração, deixando assim várias questões na história, questões essas que vivem se repetindo na nossa sociedade, como o caso do racismo, preconceitos, sexismo, dentre outras questões que inferiorizam a mulher, e principalmente, a mulher negra. Tais questões aqui evidenciadas já estão no bojo da discussão acadêmica e dos movimentos sociais há algum tempo, porém observa-se um retrocesso na questão da inferioridade da negritude. Observa-se que uma parcela da sociedade está repetindo erros de séculos passados, ou seja, estamos num período de retrocesso ao século XIX.

A pergunta que nós fazemos é: onde tudo começou? Responder a esse questionamento não é fácil, mas utilizaremos de algumas hipóteses, de algumas pensadoras feministas para tentar compreender de onde vem essa dominação. Uma obra que utilizaremos para esse fim será a de Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo* (2016).

Essa dominação já vem há séculos, não tem como sabermos ao certo onde tudo começou, contudo podemos constatar alguns pressupostos, alguns vestígios que tentam justificar essa dominação, por exemplo, Platão já colocava essa dominação em evidência nos seus pressupostos filosóficos, dizendo que primeiro existe uma verdade (essência), situada no mundo das ideias e que devemos buscar essa verdade, ou seja, há uma essência para tudo, para o animal, para o homem e para a mulher, assim sendo na teoria platônica tudo já está predeterminado, na hipótese desse filósofo a mulher estava predeterminada a ser submissa ao homem, sem qualquer interrogação, sem qualquer forma de romper com esse lugar de subalternidade já definido em essência pela teoria do filósofo.

Sendo assim, desde a antiguidade se formulam ideias, teorias, sistemas, conceitos, verdadeiros constructos teóricos legitimadores de subordinação, tanto quanto, de violência. Tais fundamentações ganharam força por séculos. No medievo as forças se renovaram com a hegemonia do cristianismo, porque nesse período a ideia de que Deus tinha criado o mundo e cada coisa, definindo assim a essência delas, com isso esse pensamento ganhou mais veracidade.

Em tempos atuais, vemos configurações menos teóricas, mas de igual maneira profundas no seio social, ou seja, podemos elencar a noção que menina nasce e já tem uma essência para a existência da mesma, começa pelo enxoval com cor estabelecida, rosa para

menina e azul para menino, menina deve brincar de boneca e menino de bola, tudo já está predefinido antes mesmo da criança ter noção do que é gênero.

Desde a Antiguidade, essas teorias são formuladas, do período medieval até a caça às bruxas, esses estereótipos foram institucionalizados para reprimir a força feminina. Nesse período as mulheres foram duramente perseguidas, principalmente, pela Igreja Católica Apostólica Romana. Sendo assim, no momento histórico que a instituição começa a perder sua dominação, ou seja, a passagem do teocentrismo para o antropocentrismo, o homem se efetiva como universal, ou seja, o masculino universal. A situação só começa a mudar com o surgimento das ciências modernas, que trazem consigo uma nova situação para a mulher, entretanto esse contexto não foi tão significativo como se esperava, mas um grupo de mulheres (classe média) conseguiu modificar sua situação.

A vontade de dominação por parte dos homens é tão grande que para isso eles se utilizavam até da gravidez para conseguir manter a mulher presa num sistema opressor, isso porque elas não teriam tempo para pensar e nem mesmo questionar coisa alguma, esse fato nos leva a pensar que o patriarcado se desenvolveu a partir de um processo biológico e social.

Em relação a essa dominação que o homem possui sobre a mulher, Pierre Bourdieu irá nos mostrar em seu livro *A dominação masculina* (2010) que: “A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visam a legitimá-la” (BOURDIEU, 2010, p. 18).

Segundo seu diagnóstico a dominação do homem foi construída a partir da violência simbólica, violência mais suave e mais branda, pois é imperceptível, não se sente e/ou não se vê. Para Pierre Bourdieu, a violência simbólica está dentro dessa categoria de entendimento da forma como concebemos o mundo, dominação que transcendeu ao longo dos séculos. Esse fato pode explicar porque muitas das vezes a própria pessoa negra se vê como objeto, já que no inconsciente dela é algo natural ou simbólico. Bourdieu define a violência simbólica:

Como violência suave insensível, invisível às suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 2010, p. 7-8).

Essas violências que ocorrem no campo simbólico acabam legitimando a estruturação de algumas práticas. O sociólogo ainda chama atenção para o fato de que é preciso

historicizar aquilo que parece natural, pois muitas vezes essas imposições que ocorrem naturalmente, assim não o são, sendo que até o dominado pode também naturalizar essa dominação. Isso porque é algo incorporado ao ser, por exemplo, na maioria das vezes a mulher prefere um homem mais velho, mais alto, com mais experiências, assim ela se sente mais protegida. Deve-se tomar cuidado, como aponta Pierre Bourdieu, com essa naturalização.

Pierre Bourdieu (2010) partilha da mesma ideia que Simone de Beauvoir, de que não se nasce mulher, torna-se. Isso significa dizer que quando a mulher nasce, ela já vem com um objetivo, um destino, que lhe é imposto pela sociedade, assim sendo, possuindo seu caminho predeterminado, ou seja, seu objetivo é ser dona de casa, cuidar dos filhos, principalmente da educação deles, cuidar do marido e preservar o bem-estar da família, esse é o papel que as mulheres possuem aos olhos daqueles que as veem e as querem somente como um objeto.

Esse ideal só se deteriorara a partir do advento do renascimento, nesse período há uma alteração no ideal de essência. Já no século XIX, precisamente, com o surgimento da teoria de Darwin propondo que as coisas estão em constante movimento e transformação, então não se pode dizer que as coisas são, elas estão, por exemplo, a humanidade de antigamente é diferente da atual, tudo vai se modificando com o tempo, assim sendo, o ser humano vai se adaptando às várias transformações que a sociedade sofre ao longo da história, ou seja, evoluindo.

É nesse contexto que a linha de pensamento de Simone de Beauvoir se insere. Ela faz parte, assim como Jean Paul Sartre, da corrente filosófica do existencialismo, acreditando que não existe uma essência predeterminada para nada, primeiro você existe, depois você vai em buscar de sua essência. Tal pensamento é fundamental para que se possa compreender a obra mais conhecida da autora. Pois a partir desse pensamento ela tentará descolonizar um ideal que tenta colocar uma essência para mulher, sem que essa nunca consiga transcender. Nesse sentido Beauvoir nos alerta:

Ela se apresentava como uma essência tão precisamente definida quanto à virtude dormitiva da população. Mas o conceitualismo perdeu terreno: as ciências biológicas e sociais não acreditam mais na existência de identidades imutavelmente fixadas, que definiriam determinadas características como as mulheres fatos e mitos [...]. Será esta secretada pelos ovários? Ou será congelada no fundo de um céu platônico? Ou será que bastara uma saia frufu para fazê-la descer a terra (BEAUVOIR, 2016a, p. 10).

Ela ainda nos diz que:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. Enquanto existir para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. Entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o universo (BEAUVOIR, 2016b, p. 11).

Como Angela Davis traz no seu livro *Mulher, raça e classe* (2016) a mulher começa a perceber que o estado em que é colocada pela sociedade é injusto e opressor a partir da Revolução Industrial. A mulher começa a olhar as situações impostas a ela, fazendo a mulher de classe média perder o prestígio que tinha em casa. Com o advento da industrialização a função que as mesmas exerciam perdeu forças, nesse sentido viu-se a mulher como aquela que tem mais tempo para pensar e olhar o mundo a sua volta e começam vários questionamentos a respeito da superioridade masculina, tal período foi revolucionário na luta por igualdade. Angela Davis nos afirma que:

Uma consequência ideológica do capitalismo industrial foi o desenvolvimento de uma ideia mais rigorosa de inferioridade feminina. De fato, parecia que quanto mais as tarefas domésticas, das mulheres eram reduzidas, devido ao impacto da industrialização, mais intransigente se tornava a afirmação de que “o lugar da mulher é na casa” (DAVIS, 2016, p. 45).

A partir de então elas começaram a se engajar na luta abolicionista, a qual mudará completamente o pensamento das mesmas. Esse movimento foi um ponto-chave para a libertação destas mulheres.

Trabalhando no movimento abolicionista, as mulheres brancas tomaram conhecimento da natureza da opressão humana nesse processo também aprenderam importantes lições sobre sua própria sujeição. Ao afirmar seu direito de se opor a escravidão, elas protestavam [...] contra sua própria exclusão da arena política (DAVIS, 2016, p.51).

Tal movimento foi sem dúvidas um novo começo para essas mulheres de classe média, que tinham a oportunidade de mostrar seu real valor, mostrar que não serviam apenas como donas de casa ou mães. Foi a partir daí que começaram a desafiar a supremacia masculina impostas a elas, a lutar pela sua igualdade; tendo como primeira reivindicação o direito ao

voto, que até então era negado à mulher e também ao negro, somente os homens brancos poderiam votar e, posteriormente, serem votados.

As mulheres de classe média estavam cansadas de tantas sujeições aos homens, elas queriam ser vistas e ouvidas, queriam poder participar ativamente da sociedade a qual pertenciam. Elas queriam mais, objetivavam ter seus direitos legitimados, elas não queriam ou querem ser superiores aos homens, muito pelo contrário, querem que seus direitos sejam iguais, por que só os homens podem votar e as mulheres não? Não fazemos também parte da sociedade? Então por que negar esse direito às mulheres? Esses eram alguns questionamentos que elas faziam.

Quem disse que o homem é superior à mulher? Nesse ponto quem vai nos auxiliar é Simone de Beauvoir, com a sua obra *O Segundo Sexo* (2016), fornecendo alguns pressupostos de onde tudo começou. No primeiro volume, denominado *fatos e mitos* a autora traz alguns pressupostos que tentam legitimar a dominação masculina. No primeiro capítulo denominado destino, desmistifica a teoria da Biologia, ponto de vista psicanalítico e ponto de vista do materialismo histórico. Ela logo no começo de sua obra já começa a criticar alguns pensadores que viam no homem um ser supremo, como por exemplo, Tomás de Aquino, ele afirmava que a mulher é um homem incompleto, um ser ocasional; Pitágoras se refere à mulher com a seguinte ideia: há um princípio bom que criou a ordem, a luz e o homem, e um princípio mau que criou o caos, as trevas e as mulheres, e é por isso que Simone de Beauvoir diz:

A humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo. “A mulher, é ser relativo...”, diz Michelet. E é por isso que Benda afirma em *Rapport d’ Uriel*: “o corpo do homem tem sentido em si, abstração feita do da mulher, ao passo que parece destituído de significação se não se evoca o macho [...] o homem é pensável sem a mulher. Ela não sem o homem” ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o “sexo” para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para ele, a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente (BEAUVOIR, 2016a, p.12).

A mulher era vista simplesmente como o inverso do homem, basta observar a seguinte frase “Atrás de um grande homem há sempre uma grande mulher”, nunca na frente e nem do lado, mas sim atrás, a mulher em muitos casos era classificada como o não-homem. Segundo essa autora, a mulher era classificada por seu sexo:

A mulher tem ovário, um útero; eis a condição singular que encerram na subjetividade; diz-se de bom grado que ela pensa com suas glândulas. O homem esquece soberbamente que sua anatomia também comporta hormônio e testículos. Encara o corpo como uma relação direta e normal com o mundo, que acredita apreender na sua objetividade, ao passo que considera o corpo da mulher sobrecarregado por tudo o que o especifica: um obstáculo, uma prisão (BEAUVOIR, 2016a, p. 12).

Para Simone de Beauvoir essa ideia de classificar a mulher segundo o seu corpo é completamente incoerente, visto que não há base concreta que sustente a hipótese de que a mulher é inferior por causa de seu sexo, até por que as mulheres no período escravocrata trabalhavam em pé de igualdade com o homem, sem distinção de sexo, por isso ela lança a seguinte pergunta, então bastaria uma saia fru-fru para definir a mulher? O homem sempre permaneceu em um lugar de superioridade suprema, isso devido a uma sociedade a qual sempre objetiva o seu aspecto individual e nunca o coletivo.

Se a sociedade se compadecesse de todas as opressões que a mulher é sujeita, a ideia da aquisição de privilégios por esforços próprios cairia por terra, por conseguinte até hoje se vive numa sociedade em que a hierarquia de poder de opressão tem tanta força, “O homem representa a um só tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos “os homens” para designar os seres humanos “[...] a mulher aparece como o negativo, de modo que toda a determinação lhe é imputada como limitada, sem reciprocidade” (BEAUVOIR, 2016a, p.11-12).

A mulher aqui é representada não como uma segunda categoria, mas como o negativo, ou seja, é como se os dois representassem a mesma categoria, porém um é negativo e o outro é o positivo, como se a mulher fosse o inverso do homem, o não-homem, por isso Simone de Beauvoir traz no seu livro a epígrafe de Poulain de La Barre, que escreveu ainda no século XVII: “Tudo que os homens escreveram sobre as mulheres deve ser suspeito, pois eles são, a um tempo, juiz e parte” (BEAUVOIR, 2016a, s/n).

E por isso também Simone de Beauvoir não aceita por completo todas as nuances que tentam justificar a posição de inferioridade na qual a mulher é colocada, criticando duramente os dados da Biologia, o ponto de vista psicanalítico e o ponto de vista do materialismo histórico, porque até o momento tudo que se sabe sobre a luta das mulheres foi escrito por homens, então como poderiam eles escrever algo que não vivenciaram? Não é que somente as mulheres podem falar sobre suas vivências, todos podem falar, mas falar a partir do lugar social em que se encontram.

São vários os momentos da história em que o homem tenta impedir a transcendência da mulher, eles jamais permitiram que estas fossem colocadas como iguais perante os homens. Para conter esse fator, eles buscam se respaldar em qualquer método como, por exemplo, o ideal de santo Agostinho, que no século XVI, com objetivo de manter a mulher num ideal de sociedade, se apegava em crenças, que declarava “A mulher é um animal que não é nem firme nem estável” (BEAUVOIR, 2016a, p. 19).

Todos esses fatos são recorrentes de um medo de perder a supremacia sobre o outro, ou seja, quem possui o domínio não quer perder os privilégios e os benefícios dessa dominação, assim o único jeito que determinados grupos encontravam para não perderem espaços era inferiorizando outros, fazendo com que o grupo dominado perdesse a identidade, sem nunca questionar, essa dominação era tão profunda que gerava nos oprimidos aceitação, estes passavam a percebê-la como um processo justo. A dominação era tão forte que esse grupo recorreu a todos os meios possíveis, a religião, a filosofia, a teologia, as ciências biológicas, entre outros.

Todo indivíduo que se preocupa em justificar sua existência sente-se como uma necessidade indefinida de se transcender. Ora, o que define de maneira singular a situação da mulher é que, sendo como todo ser humano, uma liberdade autônoma, descobre-se e escolhe-se num mundo em que os homens lhe impõem a condição do Outro. Pretende-se torna-la objeto, vota-la há imanência, porquanto sua transcendência será perpetuamente transcendida por consciência essencial e soberana. O drama da mulher e esse conflito entre a reivindicação fundamental de todo o sujeito que se põe sempre como essencial e as exigências de uma situação que a constitui como essencial (BEAUVOIR, 2016a, p. 26).

Simone de Beauvoir concluiu seu capítulo sobre os dados da Biologia dizendo:

O corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele tampouco que basta para a definir. Ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade; a biologia não basta para fornecer uma resposta a pergunta que nos preocupa: por que a mulher e o outro? (BEAUVOIR, 2016a, p. 65).

Verifica-se com base nos escritos de Simone Beauvoir, Djamilia Ribeiro, Angela Davis, dentre outras, que o homem tende a se sobrepor à mulher, e que todas as razões que tentam justificar, legitimar esse pressuposto são insuficientes, porém Beauvoir nos diz:

Quando duas categorias humanas se acham presentes, cada uma delas quer impor a sua soberania; quando ambas estão em estado de sustentar a reivindicação, cria-se entre elas, seja na hostilidade, seja na amizade, sempre na tensão, uma relação de reciprocidade. Se uma das duas é privilegiada, ela domina outra e tudo faz para mantê-la na opressão (BEAUVOIR, 2016a, p. 95).

Observa-se pelas bibliografias apresentadas que a mulher, apesar de não ser notoriamente visível, sempre esteve presente na sociedade, elas assim como os homens lutavam em guerras, trabalhavam no campo e ainda cuidavam da sua família.

Simone de Beauvoir segue dizendo que

Em verdade, as mulheres nunca opuseram valores femininos aos valores masculinos; foram os homens, desejosos de manter as prerrogativas masculinas, que inventaram essa divisão: pretenderam criar um campo de domínio feminino (BEAUVOIR, 2016a, p. 99-100)

Diante do exposto fica evidente a dificuldade de a mulher transcender e se autoafirmar. A pergunta que se tentará responder agora é, se a situação da mulher branca de classe média se encontra nesse panorama de dificuldades e opressões, o que dizer da situação da mulher negra que tem um legado de submissão, opressão e de desclassificação? Essa é a pergunta que nos propomos a responder no capítulo seguinte.

5 IDENTIDADE NEGRA: SUBJETIVIDADE DA RESISTÊNCIA

Analisaremos nesse capítulo algumas das questões que permeiam a existência da mulher negra no decorrer da história, tais como os marcadores de identidades, de igual modo, marcadores de subjetividades, que são: o racismo, o sexismo, o machismo, a homofobia, marcadores que atravessam a vida dessas mulheres. O objetivo deste capítulo é tentar nomear a realidade da mulher negra, pois como salienta uma das autoras, referencial teórico da pesquisa “Se não se nomear uma realidade sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível” (RIBEIRO, 2017, p. 41). Para isso utilizaremos uma das correntes mais importantes na luta em prol das mulheres negra, a do movimento feminista negro. Como aponta Sueli Carneiro em *Mulheres em movimento* (2003):

Pensar a contribuição do feminismo negro na luta antirracista é trazer a tona as implicações do racismo e do sexismo que condenaram as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização social. Tal situação, por seu turno engendrou formas de resistência e superação tão ou mais contundente (CARNEIRO, 2003, p. 129)

Nos apropriaremos de algumas obras para estabelecer uma linha de pensamento teórico, dentre elas apresentaremos para a discussão sobre a mulher negra, a obra de Djamila Ribeiro, *O Que é Lugar de Fala?* (2017). Djamila Ribeiro é filósofa, escritora, feminista, pesquisadora e mestre em filosofia política pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Foi secretária adjunta de Direitos Humanos de São Paulo em 2016. Ativista, vem fazendo o debate sobre o feminismo negro com forte atuação nas redes sociais. O livro dessa autora trará as questões sobre: encarceramento, racismo estrutural, branquitude, lesbiandade, mulheres indígenas e caribenhas, transexualidade, afetividade, interseccionalidade, empoderamento, masculinidades. Além dessa autora, traremos as contribuições de Angela Davis, com sua obra de 1944, publicada em 2016 pela editora Boitempo. Simone de Beauvoir com edição de 2016. Obras estas que descrevem a luta de superação, opressão, submissão e autoidentidade dessas mulheres no decorrer dos séculos.

O movimento feminista ganha força social e teórica nos Estados Unidos na década de 1960. A principal preocupação desse movimento era a de libertação das mulheres e não somente sua emancipação. Tal movimento no Brasil teve seu auge no final do século XIX, se prolongando pelas décadas seguintes do século XX. Esse movimento é dividido em três fases ou ondas. Na primeira onda, iniciada no século XIX, a luta era em prol do movimento

sufragista (direito ao voto) e a vida pública. Nesse período, nasce em 1922 a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que tinha por finalidade lutar pelo sufrágio feminino e também pelo direito ao trabalho fora de casa, no qual as mulheres não precisariam da permissão do marido para trabalhar; a educação, a dominação masculina, a sexualidade e o divórcio, a violência sexual, o direito ao prazer. Sobreposta a todas as lutas citadas, era um objetivo o enfrentamento civil contra a ditadura militar, tais objetivos eram a base de luta da segunda onda, que teve início na década de 70.

A terceira onda que se propagou na década de 1990 foi fortemente marcada pela luta contra a dominação masculina e a subordinação da mulher. Em 1975 foi proclamado o Dia Internacional da Mulher, declaração feita pela ONU com o intuito de fomentar a discussão, políticas públicas de enfrentamento à violência e promoção da igualdade de gênero. As mulheres começaram a discutir alguns planos de luta do feminino, ou seja, algumas ideias do movimento começaram a ser questionadas, por exemplo, começaram os questionamentos sobre a presença da mulher negra no movimento. Pois o movimento feminista surgiu não por uma classe totalmente subordinada, ele nasce a partir das mulheres brancas. Decorrente desse fato é que o movimento negro começa a se formular, logo as mulheres negras não se viam representadas por suas irmãs brancas.

O movimento feminista não estava apenas preocupado em lutar por espaços políticos e sociais, mas sim lutar por uma nova forma de relacionamento entre os dois sexos. Ao passo que ao longo das décadas o movimento feminista foi mudando, criando novas categorias e lutas. Podemos entender esse relacionamento entre os sexos desde o início das organizações de mulheres. Ainda na década de 1960 foi lançada a pílula anticoncepcional, fato que levou às mulheres ao mercado de trabalho, mas sobretudo, integraram-nas no espaço público fora do lar. O domínio do espaço privado da casa, do cuidado da limpeza extrapolaram as rotinas das mulheres, agora: trabalhadoras e donas de casa.

A representatividade da mulher sempre foi percebida por um olhar único, machista e dominador, que coloca a mulher num lugar de subordinação e opressão, no lugar do privado, no lar, no cuidado. No Brasil, a cor “raça” e classe social ainda determinam a posição de cada indivíduo na sociedade, legitimando quem tem direito à fala. Isso ocorre devido ao fato de o racismo ser uma das bases que estruturam as relações sociais no Brasil. A invisibilidade da mulher negra pode ser sentida quando nos questionamos, quantas obras de mulheres negras são expostas para os alunos na universidade? Quem conhece a historiografia de Equalltone Ezgondidu, Tereza de Benguela ou Dandara dos Palmares, ou mais recente, a obra de Maria

Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo? A ela, mulher negra, é conferida todos os tipos de preconceitos, seja ele de “raça”, classe ou gênero.

A luta dessas mulheres por reconhecimento não é algo novo, porém, apesar de tantas lutas ao longo dos séculos, essa questão da invisibilidade da mulher negra ainda está enraizada na nossa sociedade, ou seja: é algo estrutural. Desse modo, algo que foi organizado, estruturado sistemicamente. Esses requisitos que incidem sobre a mulher negra, são reprodução de uma condição estruturada no período escravocrata, são preconceitos que vem se reproduzindo e seguidos por uma parcela da sociedade que não se veem e não se sentem como iguais. A luta por sua visibilidade se configura assim como um campo de batalha.

O Brasil é um dos países mais marcado pela miscigenação, possui em sua essência a invisibilidade racial. O país propaga a negação do racismo, fatores estes que são apoiados em preconceitos que insistem em separar aqueles que são diferentes, seja pela cor, cabelo ou seu status social. O país propaga o lema: igualdade e fraternidade, porém essa igualdade na prática está longe de ocorrer. É nítido a diferença entre classes num país que se diz igualitário e democrático. O IBGE fornece os diagnósticos de tais desigualdades, a diferença salarial entre o homem e a mulher, mais ainda entre a mulher branca e a negra; na escala salarial os homens brancos estão em primeiro lugar, a mulher branca em segundo, o homem negro em terceiro e a mulher negra compõe a base da pirâmide.

Os diagnósticos mostram que há um grupo suprimindo o outro, e que está sendo privilegiado por essa dominação, quando muitos fecham os olhos para esse fato. Para ocorrer uma mudança significativa de fato, o primeiro passo é admitir que o Brasil é um país racista e preconceituoso, sair da zona de conforto na qual alguns grupos insistem em permanecer.

Os indivíduos precisam dar espaço para que os outros se autoafirmem e abrir espaço para que outras vozes sejam ouvidas, a mulher negra, por exemplo, sempre foi representada pelo olhar de um único grupo, que a via e a representava somente como objeto, tudo que se tinha até uns anos atrás sobre a história das mulheres negras era descrito por indivíduos brancos de classe média, muitas das vezes machistas, sexistas e preconceituosos. Tal situação vem sendo modificada aos poucos, com uma ferramenta muito utilizada pelas feministas negras, a literatura afro ou literatura negra, lugar onde as feministas negras vêm combatendo sua invisibilidade.

No final da década de 1970, as mulheres pararam de ter medo de falar e começaram a romper com uma voz única, a do homem branco, começando a ser produtora de sua própria história. Nesse sentido ela se torna objeto exclusivo de sua própria produção. É nesse momento também que o movimento feminista negro começa a ganhar mais visibilidade.

A invisibilidade da mulher negra é um debate que para muitos não tem uma relevância significativa, pois muitos ainda fecham os olhos para a realidade do nosso país. Quando esse tema é colocado em pauta, logo já se ouve contra-argumentos que afirmam que é vitimização, porém quando as mulheres negras saem às ruas para lutar pelos seus direitos, elas estão lutando pelo seu direito de existir.

O grande desafio dos movimentos pelo direito das mulheres negras é desconstruir um imaginário criado em torno dela, que muitas vezes é vista simplesmente como símbolo sexual. As mulheres negras brasileiras são retratadas nos outros países como a preta boa de cama, sua imagem está associada ao corpo e ao sexo, não como ela é, quem nos fala sobre isso é Lélia Gonzáles. Aos olhos de Djamila Ribeiro “existe um olhar colonizador sobre nossos corpos, saberes, produções e, para além de refutar esse olhar é preciso que partamos de outro ponto” (RIBEIRO, 2017, p. 35).

Essa situação que assola a existência da mulher negra é um prolongamento da realidade vivida no período da escravidão. O que se observa quando essa temática vem para debate é: a situação da mesma pouco mudou, a sociedade brasileira encontra-se forjada no mito da democracia, pois ao se observar tal situação identificamos que ela continua em um lugar de subordinação e opressão, ou seja, ela ocupa o último lugar na escala social, se tornando aquele indivíduo que mais carrega as desvantagens de um sistema injusto, racista e preconceituoso. Segundo o que nos descreve, Walkyria Chagas da Silva Santos:

Ser mulher e ser negra no Brasil significa estar inserida num ciclo de marginalização e discriminação social. Isso é resultado de todo um contexto histórico, que precisa ser analisado na busca de soluções para antigos estigmas e dogmas. A abolição da escravatura sem planejamento e a sociedade de base patriarcal e machista, resulta na situação atual, em que as mulheres afrodescendentes são alvo de duplo preconceito, o racial e o de gênero (SANTOS, 2009, p. 1).

Com base no diagnóstico feito por Neusa Santos Sousa sobre a condição de ser negro/negra ela nos diz:

Nascer com a pele preta e ou outros caracteres do tipo negroide e compartilhar de uma mesma história de desenraizamento, escravidão e discriminação racial, não organiza, por si só, uma identidade negra. Ser negro é, além disto, tomar consciência do processo ideológico que, através e um discurso mítico acerca e si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que reassegure o

respeito as diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração (SOUSA, 1983, p. 77).

Uma das perguntas do questionário feito às colaboradoras foi: o que é ser hoje uma mulher, negra professora no Brasil? A essa pergunta todas responderam categoricamente, que ser mulher e negra hoje no Brasil é uma luta que elas travam todos os dias, “matando um leão por dia” como afirma nossas colaboradoras, porém, todas compartilham da mesma ideia de Neusa Santos Sousa apresentada a seguir

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativa alienadas. Mas é também, e sobretudo a experiência de comprometer-se a resgatar sua própria história e recriar-se em suas potencialidades (SOUSA, 1983, p.17-18).

A mulher negra, além de enfrentar a discriminação de gênero, ainda tem que lidar com a discriminação de “raça”, com os preconceitos de classe. É constatado que a mulher negra sofre a exclusão de gênero/étnico-racial e a exclusão de classe, sendo verificado que há uma grande diferença entre as opressões que reverberam a mulher negra e a mulher branca, para constatar tal realidade basta verificar os números oferecidos pelo atlas da violência de 2019 (IPEA, 2019). Ele nos mostra sistematicamente a desigualdade entre mulheres brancas e mulheres negras. No requisito homicídio é possível observar com base nas informações contidas que a taxa de homicídio contra a mulher branca cresceu de 1,6% entre os anos de 2007 e 2017, já a taxa de homicídio cometidos contra a mulher negra cresceu 29,9% com relação ao mesmo período, o atlas de 2019 ainda nos mostra a taxa de homicídio de mulheres não negras foi de 3,2% para cada 100 mil mulheres e entre as mulheres negras esse número triplicou chegando a 5,6% para cada 100 mil mulheres negras.

Segundo Maria Nilza da Silva:

A situação da mulher negra no Brasil de hoje manifesta um prolongamento da sua realidade vivida no período de escravidão com poucas mudanças, pois ela continua em último lugar na escala social e é aquela que mais carrega as desvantagens do sistema injusto e racista do país. Inúmeras pesquisas realizadas nos últimos anos mostram que a mulher negra apresenta menos nível de escolaridade, trabalha mais, porém com rendimento menor, e as poucas que conseguem romper as barreiras do preconceito e da discriminação racial e ascender socialmente têm menos possibilidade de encontrar companheiros no mercado matrimonial (SILVA, 2003, p. 1).

A questão de gênero, “raça”, sexismo e classe social, que representa a condição da mulher negra, são debates que necessitam de discussões de todos os campos do conhecimento e, também do campo profissional. Debate esse que só veio ganhar destaque na década de 70, após o afastamento das explicações biológicas, foi possível estabelecer as inter-relações entre a desigualdade racial, a desigualdade de gênero, e observando assim que elas estavam ligadas à posição de masculino e feminino, branco e preto. Na década de 70 observou-se a questão de racismo e sexismo com um olhar diferente, focando nessas duas características, o branco e o preto o macho e a fêmea.

A mulher negra apesar de compor a maior parte da população brasileira, ainda permanece na base da pirâmide social por agregar as discriminações de “raça”, classe e gênero. Walkyria Chagas Santos ainda complementa:

Analisando dados de pesquisas realizadas pelo DIEESE e outros órgãos, é possível verificar que o preconceito resulta em salários mais baixos para os negros em relação aos brancos, incluindo o item gênero, infere-se que o homem negro ocupa um patamar abaixo do da mulher branca quanto ao rendimento salarial. Mais as mulheres negras se encontram ainda mais abaixo na pirâmide ocupacional (SANTOS, 2009, p. 2).

É possível constatar a partir de tal afirmação o lugar que a mulher negra ocupa é de submissão e opressão, pois apesar do homem negro ser tratado como desigual perante o homem branco e a mulher branca, ele não sofre a discriminação de gênero que assola a mulher negra. Foi a partir desses pressupostos e preconceitos que a sociedade foi se consolidando, se tornando o que é hoje.

Quando a mulher é pensada, há em torno da mesma um desafio que muitas filósofas feministas já preconizavam, um grande problema que as lutas feministas tentam combater há tempos, a universalização da categoria mulher. Para que a mulher negra comece a ser pensada como integrante da sociedade é preciso tomar cuidado com essa universalização, pois para a mulher negra conseguir ocupar seu lugar de fala, e viver sua visibilidade, é preciso antes de tudo, entender que tal categoria não é homogênea, assim sendo, é necessário compreender outras intersecções que compõem essas mulheres. E o que as tornam heterogêneas, pode ser entendido, sobretudo, a partir da violência.

Autoras como Angela Davis, Djamila Ribeiro, Simone de Beauvoir, Sojourner Truth, entre muitas outras filósofas, já discutiam essa universalização, antes mesmo desse discurso ganhar tanto destaque nos movimentos feministas, visto que, essa insistência em universalizar a categoria mulher, não atinge todas as mulheres, pelo contrário, isso faz com que somente

parte dessas mulheres sejam vistas. A filósofa Sojourner Truth já trabalhava esta questão, mesmo sem saber, e no século XIX apresentou seu discurso mais conhecido: *E eu não sou uma mulher?* Nesse discurso ela já abordava a questão da universalidade da categoria mulher.

Nunca ninguém me ajudou a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou eu uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meus braços! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? E eu não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem- quando tinha o que comer- e também aguentei as chicotadas! E eu não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E eu não sou uma mulher? E dai eles falam sobre aquela coisa que tem na cabeça, como e mesmo que chamam? (uma pessoa da plateia murmura: “intelecto”). E isto aí, meu bem. O que é que isto tem a ver com os direitos das mulheres ou os direitos dos negros? Se minha caneca não está cheia nem pela metade e se sua caneca está quase toda cheia, não seria mesquinho de sua parte não completar minha medida? Então aquele homenzinho vestido de preto diz que as mulheres não podem ter tantos direitos quanto os homens porque cristo não era mulher! Mas de onde é que vem mesmo seu cristo? De onde foi que cristo veio? De deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com Ele (TRUTH apud RIBEIRO, 2017, p. 20-21).

Esse discurso proferido por Sojourner Truth ainda no século XIX reflete os preconceitos que as mulheres de cor vivenciavam em relação às suas irmãs brancas. Além de enfrentar o preconceito vindo dos homens, a filósofa aponta para o descompromisso de suas irmãs de cor para com a luta das mulheres negras.

Em geral as mulheres sofreram diversas formas de opressão, fato inequívoco e inegável, porém Djamila Ribeiro enfatiza no seu livro *O Que é Lugar de Fala?* (2017) a diferença entre a mulher branca e a mulher negra. Segundo seu diagnóstico se a mulher branca foi colocada neste lugar de objeto de submissão, o que dizer acerca das mulheres negras, que desde muito cedo foram submetidas a total opressão. A mulher branca tem um legado de luta e isso é verificado nas lutas desde o sufrágio, até questões ligadas aos direitos reprodutivos, tal como o aborto. Porém, ela não precisou trabalhar no campo, não eram chicoteadas todos os dias, nem cotidianamente eram abusadas sexualmente por seus donos, seus filhos não foram arrancados de seus braços para serem vendidos como mercadorias. Isso e muito mais são sequelas que as mulheres negras trazem em suas raízes.

É com base nessas premissas que Djamila Ribeiro promove um debate entre duas filósofas: Simone de Beauvoir e Grada Kilomba acerca da condição social ocupada pela mulher branca e pela mulher negra na sociedade, Simone de Beauvoir cria o conceito do

outro, dizendo que “[...] a mulher foi constituída como o outro, pois é vista como um objeto (Ribeiro, 2017, p. 37)”. Se a mulher branca é dita como o outro porque não tem reciprocidade do olhar do homem, a mulher negra muito menos ainda, desse modo Grada Kilomba, cria o conceito do outro do outro dizendo que:

[...] mulheres negras, por serem nem brancas e nem homens, ocupam um lugar muito difícil na sociedade supremacista branca por serem uma espécie de carência dupla, a antítese de branquitude e masculinidade. Nessa análise, percebe o status das mulheres brancas como oscilante, pois são mulheres, mas são brancas, do mesmo modo, faz a mesma análise em relação aos homens negros, pois esses são negros, mas homens. Mulheres negras, nessa perspectiva, não são nem brancas e nem homens, e exerceriam a função de Outro do Outro (RIBEIRO, 2017, p.39).

Em outras palavras o que essa pensadora quer nos dizer é se a mulher branca é o outro, a mulher negra é o outro do outro. É possível perceber a oscilação da mulher branca, pois são mulheres, porém brancas, enquanto a “mulher negra só pode ser o Outro e nunca si mesma” (RIBEIRO, 2017, p. 39). E quando essa oscilação é percebida, possibilita evidenciar as várias categorias de ser mulher, se torna assim possível romper com a universalização que se criou em torno da mulher, e assim dando visibilidade à mulher negra. Por isso é importante quando se falar de mulher fazer a seguinte pergunta: de que mulheres estamos falando? Pois somos diversas, a mulher branca tem especificidades que a mulher negra não tem, assim como a mulher negra tem particularidades que cabe somente a elas.

Grada Kilomba além de promover essa análise também rompe com a universalização do homem, mostrando assim que a situação do homem branco é notoriamente diferente da do homem preto. A mulher negra é sempre vista como subordinada, nunca como ela mesma, é por tais fatores que até hoje as mulheres negras sofrem racismo, sexismo e até mesmo genocídios. Na introdução de *Breves histórias do feminismo no Brasil*, Amélia Teles diz:

Falar da mulher, em termos de aspiração e projeto, rebeldia e constante busca de transformação, falar de tudo o que envolva a condição feminina, não é só uma vontade de ver essas mulheres reabilitadas nos planos econômicos, social e cultural. É mais do que isso. É assumir a postura incomoda de se indignar com o fenômeno histórico em que metade da humanidade se viu milenarmente excluída nas deferentes sociedades no decorrer dos tempos (TELES, 1999, p. 1).

Segundo diagnóstico feito por Ana Lucia Valente (1994) “As mulheres negras e as mulatas que em geral, sofrem de triplas discriminações: social, sexual e racial. Portanto tudo o

que se coloca como problemático para a população negra atinge especialmente as mulheres negras” (VALENTE, 1994, p. 56).

É preciso, portanto, “Abdicar dessa estruturação universal ao se falar de mulheres e levar em conta as outras intersecções, como raça, orientação sexual, identidade de gênero” (RIBEIRO, 2017, p. 21). Por isso a necessidade da interseccionalidade, que segundo alguns estudos é um termo que foi fundamentado por Kimberlé Crenshaw. Tal termo tem a finalidade de abarcar todas as formas de opressão que assolam a mulher negra em todas as suas especificidades, ou seja, para investigar como essas múltiplas opressões se entrecruzam.

O que fica evidente é que não se pode desmerecer uma luta para fortalecer outra, o que nos fala Audre Lorde em *O Que é Lugar de Fala?* De Djamila Ribeiro, essa autora se via obrigada a escolher dentro do feminismo contra qual opressão deveria lutar.

Posto que no movimento feminista dizia-se que a questão era de gênero; no movimento negro, racial; e no LGBTTT, de orientação sexual. Como mulher, negra e lésbica, ela se via obrigada a escolher contra qual opressão lutar sendo que todas a colocavam em um determinado lugar. A autora dizia que não podia negar uma identidade para afirmar outra, pois fazer isso não seria transformação real e sim reformismo (RIBEIRO, 2017, p.50).

A população negra apesar de conseguir muitas vitórias no decorrer da história, como sua libertação das senzalas, constatando que essa luta estar longe de acabar, sua liberdade nada significou para que os negros, mais precisamente a mulher negra, pudessem de fato conquistar seu lugar, e o que enfatiza Nogueira:

Libertos da situação de cativo, quando da promulgação da “Lei Áurea”, continuaram, porém, excluídos, despossuídos. Todo período que antecede à promulgação da lei se deu, paralelamente, às mudanças na ordem econômica e política, que colocavam obstáculos à existência de um país escravagista no cenário mundial. Os abolicionistas mostravam grande indignação pelas condições de cativos dos negros, mas não puderam pensá-los como indivíduos que deveriam ser inseridos na sociedade. Assim, supunham que, saindo da condição de escravos, o negro trabalharia como mão de obra remunerada para seu auto sustento. Mas grande parte do contingente de cativos libertos vagavam desorientados, sem condições para seu auto sustento, e sem trabalho no campo, que começava, então a ser feito pelos imigrantes (NOGUEIRA, 1998, p. 14-15).

Observa-se que a mulher negra ainda continua excluída da sociedade, sendo tratada com descaso, sem um bom trabalho, sem nenhum apoio por parte dos governantes, sem um plano de saúde. O negro ainda é visto como alguém desprovido de qualidades, e para muitos,

a figura do negro está representada como aquele que rouba, que não tem capacidade para aprender, basta observar a seguinte situação: se a polícia estiver passando em determinado lugar e observar naquele espaço um grupo suspeito, se houver no meio desse grupo um negro, quem será o primeiro a ser revistado? Tudo de ruim é associado à população negra. Beatriz Nascimento relata a seguir a condição da mulher negra no decorrer da história:

A mulher negra na sua luta diária durante e após a escravidão no Brasil, foi contemplada como mão de obra, na maioria das vezes não qualificada. Num país em que só nas últimas décadas desse século, o trabalho passou a ter o significado dignificante o que não acontecia antes, devido ao estigma da escravatura, reproduz-se na mulher negra “um destino histórico”. É ela quem desempenha, em sua maioria os serviços domésticos, os serviços em empresas públicas e privadas recompensadas por baixíssimas remunerações. São de fato empregos onde as relações de trabalho evocam as mesmas da escravocracia (NASCIMENTO, 2007, p. 128)

Beatriz Nascimento segue dizendo:

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas e que permaneça como trabalhadoras rurais [...] Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, é tanto devido ao fato de ser mulher de raça negra, como por terem sido escravos seus antepassados (NASCIMENTO, 2007, p. 104).

Esse relato proferido por Beatriz Nascimento pode ser representado também na trajetória de Conceição Evaristo, Maria Firmina dos Reis e Maria Carolina de Jesus, mulheres estas que para conseguirem se firmar e se autoidentificarem sofreram todas as opressões que reverberam a existência da mulher negra, como o racismo, sexismo, desigualdades de gênero e de classe. A trajetória dessas três escritoras da literatura negra, representa bem a condição da mulher negra para se autoafirmar.

A mulher não foi pensada como um ser pensante, dotado de suas particularidades, segundo Djamila Ribeiro “A relação que os homens mantêm com as mulheres seria esta: da submissão e dominação, pois estariam enredadas na má fé dos homens que as veem e as querem como um objeto” (RIBEIRO, 2017, p. 36), ou seja, a mulher é vista como o outro do

homem, assim tudo aquilo que não é o homem é o outro. Porém quando esse olhar passa para a mulher negra essa hierarquização se torna ainda mais forte.

Djamila Ribeiro ao trabalhar as ideias de Simone - e segundo o diagnóstico de Simone Beauvoir diz “[...] que a mulher não é definida em si mesma, mas em relação ao homem e através do olhar do homem. Olhar este que a confina num papel de submissão que comporta significações hierarquizadas” (BEAUVOIR, Apud, RIBEIRO, 2017, p. 36), lembrando que Simone de Beauvoir está pensando essa categorização a partir do homem branco e da mulher branca. Nessa categorização feita pela filósofa francesa a mulher é representada como um objeto, segundo suas palavras, possuindo uma função definida.

O desafio é quebrar esse silenciamento formado em torno da mulher negra, e empoderar essas mulheres que muitas vezes não se veem, não se sentem representadas. Romper com esse silêncio é um dos principais passos para transformar a situação dessas mulheres negras, a ruptura desse silêncio para essas mulheres não é fácil, pois desde a escravidão elas foram obrigadas a usar a máscara do silêncio, porém a pergunta que muitos fazem é por que há tanto silenciamento em torno da mulher negra? A luta da mulher negra para se afirmar tem vestígios com a criação da literatura afro-brasileira, com os escritos de Carolina Maria de Jesus, Maria Firmina dos Reis e Conceição Evaristo.

No combate a essa voz que tenta inviabilizar a mulher negra de todas as formas, a mulher negra se apodera da escrita para combater um imaginário criado ao seu redor, o de dona de casa, mãe e esposa.

Por meio dos escritos de Conceição Evaristo, Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus e demais escritoras negras, a imagem da mulher negra foi sendo modificada, a literatura afro foi uma plataforma utilizada por estas, para sair do campo da invisibilidade e ganhar o mundo, a literatura negra é usada por essas mulheres no combate as múltiplas opressões vivenciadas pela população negra.

É de um lugar de alteridade que desponta a escrita da mulher negra. Uma voz que se assume. Interrogando, se interroga. Cobrando, se cobra. Indignada, se indigna. Inscrevendo-se para existir e dar significado à existência, e neste ato se opõe. A partir de sua posição de raça e classe, apropria-se de um veículo que pela história social de opressão não lhe seria próprio, e o faz por meio do seu olhar e fala desnudando os conflitos da sociedade brasileira (ALVES, 2011, p. 185).

A mulher negra, ainda permanece na invisibilidade, porque suas histórias são ainda contadas por uma classe privilegiada da sociedade, assim sendo, tal indivíduo precisa se

apropriar de suas próprias histórias, porque se essas histórias continuarem sendo contadas por uma classe privilegiada, nunca haverá uma real transformação desse grupo subalternizado, pois o que ocorrerá será apenas uma repetição dessas histórias, e com base nesse diagnóstico se caracterizam as escritas das autoras supracitadas.

O peso da branquitude e masculinidade se fizeram e, ainda, se faz presente na vida dessas mulheres, onde a cor, sexo e classe social irão identificá-las dentro da sociedade. Pois desde a escravidão se criou um padrão para ser mulher. O peso dessa categoria incide quando essas mulheres negras conseguem atingir um status que para a sociedade não lhe pertence. E quando essa mulher negra alcança um cargo acima do esperado pela sociedade, ela é obrigada a superar todas as barreiras para mostrar que também é capaz.

Segundo o depoimento de uma das entrevistadas, é preciso urgentemente trabalhar essas duas questões que são o marco fundador do racismo e do preconceito contra a população negra, especificamente a mulher negra; a branquitude e a masculinidade.

A mulher negra desde os primórdios da escravidão ocupa um lugar na sociedade que a coloca em uma situação de vulnerabilidade, pois essa além de ser mulher e negra é de classe social não abastada. Esse estereótipo vem se alastrando desde o período escravocrata, a mulher negra era submissa a todas as formas de opressão, assim ela no decorrer da história vem travando uma luta árdua para conseguir ser reconhecida pela sociedade.

As mulheres negras são as maiores vítimas da discriminação racial e de gênero. São elas que mais sofrem com a discriminação no trabalho, na saúde, nas escolas e, conseqüentemente, na política. Por causa da sua cor, essas mulheres enfrentaram e enfrentam alguns problemas, como por exemplo, o preconceito de gênero e o de “raça”. Por causa da sua melanina essas mulheres são cruelmente excluídas da sociedade, ficando assim isentas de ocupar alguns espaços, principalmente no âmbito profissional, pois para ocupar tal cargo o primeiro requisito é a boa aparência, e segundo o padrão estético “Euro- USA- Cêntrico”, a mulher negra está longe desse ideal de beleza.

Isso é um grave problema que assola a mulher negra, pois por não ter os padrões e características de uma mulher considerada de boa aparência, muitas dessas mulheres acabam por elas próprias se excluindo da sociedade, por não conseguirem se encaixar, por não se verem representadas, principalmente na política, por se acharem inferiores. É isso que o feminismo negro vai trabalhar, ele dará representatividade as mulheres negras que por muitos anos foram excluídas pela sociedade machista, sexista e racista.

Isso significa que não podemos denominar o que é certo ou errado segundo os nossos pressupostos, Djamilia Ribeiro classifica essa situação como achismo. Para avaliar um povo,

há de se levar vários fatores em consideração, por exemplo, sua cultura sua formação. No Brasil é proibida a pena de morte, mas em outros países essa forma de justiça é natural, não é porque é proibida a pena de morte no Brasil que deve ser proibida em todos os países, cada país tem sua cultura e suas normas, julgar um modelo em virtude do outro é errado.

As mulheres negras participaram das transformações ocorridas na sociedade, por conseguinte na primeira e segunda onda do movimento feminista as mulheres brancas lutavam pelo sufrágio feminino, lutavam pela abolição, pelo direito ao voto, por melhorias no trabalho, pelo direito de andar livremente sem a companhia do marido, enquanto as mulheres negras lutavam para sobreviver, lutavam contra a escravidão , contra todos os tipos de opressão que lhes eram impostas.

As mulheres brancas privilegiadas, diferentemente das mulheres negras, nunca ou pouco estiveram diante do trabalho braçal forçado. As mulheres negras foram açoitadas como animais; sofriam com as práticas criminosas, como por exemplo: o estupro ao qual eram constantemente submetidas. O estupro contra essas mulheres era uma forma de mantê-las sob controle.

A mulher negra permanecia tão forte, que essa foi uma maneira que os feitores, senhores, encontraram para dominar esses sujeitos. Isso mostra o quanto os senhores tinham medo das rebeliões que essas mulheres poderiam fazer, esse ato era uma forma de oprimir à força. No capítulo seguinte trataremos das narrativas tanto pessoais como profissionais das professoras acerca das condições que as mulheres negras ocupam na sociedade.

6 TRAJETÓRIA DE VIDA DE PROFESSORAS NEGRAS NA CIDADE DE CODÓ

Diante do percurso histórico percorrido até aqui, chegamos ao quinto capítulo, onde relatamos alguns aspectos da vida pessoal e profissional de quatro professoras negras do município de Codó a saber, professoras Ana, Maria, Clara e Nina, (lembrando que os nomes apresentados aqui são fictícios). Esse percurso se fez necessário, pois não teria como trazer a história de vida das professoras negras, sem antes conhecer sua ancestralidade e raízes.

O objetivo é relatar o percurso dessas docentes para se autoafirmar, enquanto mulher, negra e professora, e como o fenótipo interferiu e interfere na realidade social e profissional, ou seja, como o racismo, o sexismo, a classe se manifestavam e se manifestam na formação individual e profissional.

As mulheres negras professoras, assim como suas ancestrais enfrentam vários desafios ao longo de seu percurso, além de lidar com as questões raciais enfrentam o racismo asseverado pela sua classe social, tanto por parte de seus colegas e até mesmo por parte da direção da escola, ou seja, além de enfrentar essas questões cotidianamente fora da escola, ainda é permanente a luta dessas professoras no campo educacional.

Segundo contribuição de uma participante da pesquisa, ela nos relata que o preconceito existe sim e vem de todas as partes, porém o que mais a magoa é ver tais atitudes saindo de pessoas que estão ali para trabalhar as diferenças sociais, formar pessoas capazes de entender que não somos algo homogêneo, muito pelo contrário somos diversos e cada um com sua particularidade. Diante desse desabafo percebe-se que a instituição construída para formar indivíduos conscientes dos seus deveres e direitos encontra barreiras para assim fazê-lo, sendo que para promover debates acerca de tal temática é preciso uma cooperação de todos, envolvendo tanto políticas públicas quanto políticas educacionais que contribuam para eficácia da igualdade racial.

Trazer a questão do racismo para o âmbito escolar se faz necessário na medida em que essa instituição se torna o caminho para promover uma ruptura com a condição da população negra, pois só a partir da educação será possível um novo modelo de sociedade. Porém quando essa temática é colocada em foco observa-se a dificuldade das professoras negras em trabalhar essa questão. Tais dificuldades são causadas por diversos motivos. Foi relatado pela professora Maria, que há muitas dificuldades em promover debates acerca de tal temática, porque ela não tem ajuda de seus colegas nem da direção. Essa temática somente é trabalhada nas escolas em datas específicas, como por exemplo no dia 20 de novembro, e de forma superficial, pois este assunto é tido como tema transversal.

Diante dessa perspectiva uma das questões do questionário era se a temática do racismo é trabalhada na escola. A professora Maria respondeu:

Não! O que há é a reprodução do racismo brasileiro, o racismo vai pensar a questão racial de que modo? Admite-se que o racismo existe, mas todo mundo é uma ilha de muita compreensão sobre o negro, cercado de racismo por todos os lados. Diante disso você fica procurando o praticante desse racismo, já que todo mundo queria ser negro, todo mundo queria ter a pele bem moreninha igual a tua, o cabelo bem cacheadinho que nem o teu, a se eu pudesse escolher meu filho era assim que nem tu, há essa reprodução no discurso da escola (Professora Maria).

O que fica obvio no discurso da professora Maria é que se admite que o racismo existe, porém ninguém admite ser racista. É comprovado por diversas pesquisas realizadas no Brasil o quanto o racismo se configura como uma das bases sustentadora da discriminação, mas quando essa mesma pesquisa questiona esses participantes ninguém se autoidentifica como racista.

De acordo com Juarez Dayrell (1999, p. 136) conforme citado por Silva (2003, p. 71)

[...] analisar a escola como espaço sócio- cultural significa compreendê-la na ótica da cultura, sob um olhar mais denso, que leva em conta a dimensão do dinamismo do fazer-se cotidiano levado a efeito por homens e mulheres, trabalhadoras e trabalhadores, negros e brancos adultos e adolescentes, enfim, alunos e professores, seres humanos concretos, sujeitos sociais e históricos, presentes na história. Falar da escola como espaço cultural implica assim resgatar o papel dos sujeitos na trama social que a constitui, enquanto instituição.

Diante do exposto por Juarez, analisar as relações socioculturais das professoras dentro da instituição escolar é trazer à tona uma realidade nivelada, e dar nitidez aos problemas raciais existentes no âmbito escolar.

Impulsionar debates acerca de tais categorias requer cooperação de todos os colaboradores da instituição escolar e da família. Todavia constata-se que a instituição escolar precisa e necessita da cooperação não somente da família, mas também de políticas públicas, políticas educacionais compromissadas em promover um novo modelo de sociedade.

Abordagem da temática racial no universo escolar evidenciam a dificuldade da maioria das professoras em tratar a questão em sua prática pedagógica. Por esse motivo muitas dessas professoras procuram retirar da escola qualquer tipo de responsabilidade diante da problemática racial e a transferem para a família do (a) aluno (a) negro (a) (SILVA, 2003, p. 78).

Isso evidencia as dificuldades que as professoras negras encontram dentro da instituição escolar, por serem discussões de grande tabu, elas ficam com medo de fazer ou de falar alguma coisa que possam prejudicá-las, como também constranger algum aluno de sua turma, como por exemplo, o dia 20 de novembro, dia da Consciência Negra, pode ocorrer nesse dia uma brincadeira depreciativa, como um aluno virar e falar para o seu colega que é negro: olha fulano, hoje é seu dia. Esse fato pode causar um constrangimento no aluno negro. Por isso trabalha-se somente o que está prescrito no currículo escolar. Além disso, trabalhar as questões raciais para algumas professoras é relembrar seus próprios traumas.

Com base neste diagnóstico, coube a seguinte pergunta: Como são trabalhadas as questões raciais por você em sua sala de aula? A professora Maria respondeu:

Me baseio muito na lei 10.639, aproveito todas as oportunidades que o próprio conteúdo das turmas vão permitindo, apresentar que a África não é só escravidão, na verdade estas questões estão sempre na nossa frente por que quando você está falando de Pré- História você está falando de continente africano, quando você fala de Idade dos Metais você está falando de continente africano (Professora, Maria).

A lei 10.639, sancionada no dia 9 de janeiro de 2003, obriga todo o ensino fundamental e médio a aderirem ao ensino de história e cultura afro-brasileira tanto nas escolas públicas como privadas. Tal medida se deu com o objetivo de diminuir os impactos do racismo no ambiente escolar, assim como na vida pessoal dos alunos, objetivando novas medidas de ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. A LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação determina nos seguintes artigos:

Artigo 26-A- nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1ª O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a Cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente a História do Brasil.

§ 2ª Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro- Brasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar em especial nas áreas de Educação Artística e de literatura e História Brasileira.

Artigo 79-B- O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra (BRASIL, 1996).

A escola não pode se manter neutra diante desse debate, pois se é na família que a criança deve começar a ter uma dimensão do que é ser negro (a) e o que isso significa. É dever da escola reformular, questionar as concepções destes “[..] a criança deve ser estimulada a relativizar seus conhecimentos, a criticá-los e a compará-los mediante discursos diferentes daqueles com os quais teve contato” (SILVA, 2003, p. 80). Evidencia-se que, tanto a instituição familiar como a escolar, são responsáveis por esse contato mais direto com os problemas raciais, visto que, essas duas instituições são espaços de socialização.

Se a criança forma sua primeira concepção no âmbito familiar, a escola como campo de conhecimento e também espaço de socialização possui a responsabilidade de mostrar as várias vertentes da nossa sociedade, ou seja, se em casa a criança negra é ensinada a se manter neutra ou a se manter inferior por causa de sua condição, é dever da escola trabalhar a questão do racismo e do preconceito de forma que leve esse aluno (a) a não sentir vergonha de sua condição, assim como fazer com que as crianças que possuem uma concepção racista, e que ver o fenótipo da negritude como algo anormal ruim, a rever suas percepções, logo o ambiente se tornara um ambiente de socialização. Mas o que é ser uma criança negra no ambiente escolar? É bem difícil! Diz Maria.

E como ser uma pessoa negra tanto criança como adulta hoje em dia, te faz ser uma coisa estranha, quando não deveria ser. Te faz ser estranho porque existe essa coisa do padrão de quem é o ser humano, e todas as representações de ser humano que você vai ter acesso, não só pensando média, século 21, mais os anos finais do século 20, televisão, revista, os meios de comunicação são também formadores de opinião, e não tem o corpo negro como padrão do que humanidade violência, violação de direitos de direitos vão ser a rotina da gente e principalmente a questão da inocência, a criança negra acaba não tendo direito a ser inocente. A criança negra sendo percebida através de uma malícia que é o que ela vai ser depois como adulta sendo percebida através da sexualidade ou da sexualização de seu corpo (Professora Maria).

Esse seria o objetivo da escola no combate ao racismo e suas várias vertentes, contudo observa-se que o apoio que essa instituição recebe por parte do governo ainda é muito pouco.

A luta não é fácil, porque apesar dessas mulheres conseguirem ocupar alguns espaços de poder e decisão, visto que, num tempo remoto para a mulher negra chegar a ocupar algum cargo de prestígio era quase um sonho, assim como assevera Ribeiro (2017). Quando são encontradas nesses espaços a repulsa é imediata. Isso porque apesar de estarmos em um novo século com grandes inovações, em constante transformação, o discurso sobre a população

negra não muda, o que tende a promover uma ponte com o século XIX, sobretudo com o Brasil escravista.

É relatado por uma contribuinte que um dia o pai de um aluno foi questiona-la acerca do porquê o garoto estava com nota baixa, sendo que o menino cursava a 3ª série, porém não sabia ler, e não conseguia responder as provas. O pai do aluno nesse episódio colocou a culpa do seu filho não passar de ano na professora, que ela não estava capacitada para ensinar, que aquele não era seu lugar. Na visão desse pai, por ela ser mulher e negra ela não estava apta a lecionar, que o lugar dela seria na cozinha, trabalhando para terceiros ou na limpeza da escola, mas nunca dentro de uma sala de aula.

São relatados vários episódios de racismo e preconceito dentro das instituições escolares, não só por parte dos alunos, mas também por parte de colegas do magistério, os quais subjugam suas trajetórias e acham que aquele lugar não pertencia à mulher negra e também porque essa mulher que conhece profundamente as marcas das discriminações muitas vezes já chega nesse ambiente com uma concepção diferente, de transformação, já se destacam mais por trabalhar a questão de racismo, preconceito dentro das salas de aulas. No entanto, com base no currículo escolar, compreende-se que as instituições escolares não oferecem paradigmas para uma abordagem crítica de tais conceitos. É o que nos informa uma contribuinte:

Luto todos os dias contra essas opressões que permeia a história da população negra. Muitas das vezes percebo que sou algo que incomoda, pois sou uma mulher em encontro com minhas identidades, e isso faz com que certos olhares venham sobre mim, por me vestir de um jeito diferente, do que é considerado normal, por pintar meu cabelo, por usar brincos só de um lado da orelha. Tudo isso além de ser minha, identidade tento mostrar para meus alunos e para sociedade as raízes de um povo que foi submetido e é ainda o são as duras opressões, (simplesmente por que não é homem e nem branca, pois é evidente a olhos nu ver tal diferença entre a mulher negra e a mulher branca, chega até ser gritante tal desigualdade.) porque eles não estão acostumados a lidar com o diferente. Quando eles ouvem falar do povo africano é algo muito relapso, superficial, sem um devido discernimento. Meu objetivo como educadora e ser humano, é esticar o senso crítico desses alunos, fazer com que eles comecem a se fazer os seguintes questionamentos: por que o povo negro que constitui a maior parte da população brasileira ainda continua desassistidas em alguns espaços? Sendo que nosso país levanta a bandeira da igualdade e da fraternidade, país este que se diz democrático (Professora Maria).

Trabalhar essas questões em sala de aula, é um desafio porque nós professoras estamos a todo o momento sendo vigiada pela coordenação da escola, que exige que passamos somente os conteúdos que estão no currículo, e se pararmos para debater essas questões ira perder muito tempo,

o que fará com que o currículo fique defasado, o que resultara aos olhos da instituição em baixo rendimento no final do ano (Professora Ana).

Eu faço minha parte, não trabalho muito essas questões na escola que trabalho, porque não encontro apoio por parte da direção, o que acontece na verdade é que quando você quer promover um trabalho mais crítico sobre tais temas você é chamada de metida de querer se achar a melhor, por isso prefiro fazer somente minha parte na medida que eu posso, sem chamar atenção para mim (Professora Nina).

Há muitas barreiras que impossibilita uma maior abrangência desse tema nas escolas, pois, estamos cercadas por um sistema que visa somente quantidade e não qualidade, o sistema educacional em geral está preocupado em passar o aluno de uma série para outra e não se ele está capacitado para isso (Professora Clara).

A professora Ana questionada se já sofreu ou se sofre preconceitos respondeu que nunca sofreu racismo dentro da instituição escolar, nem como professora e nem como aluna, (porém deve se levar em conta que a mesma teve uma educação privilegiada, quando muito pequena, foi morar com uma família de classe média, onde era tratada como membro da família, a mesma teve algumas regalias que outras meninas negras não tiveram, por exemplo, estudar em escolas privadas), pelo menos ela diz que nunca percebeu, ela relata que sempre foi bem recebida, até porque ela diz que nunca deixou ninguém pisar nela. “Hoje eu já sei lidar com tais questões, já sei me defender, de primeiro eu não sabia, a universidade fez com que eu enxergasse essa parte, a me valorizar mais, a me dar valor acima de qualquer coisa e de qualquer um” (Professora Ana).

Aprofundar essas discussões é de essencial necessidade para se ter de fato um avanço significativo e sumariamente contar a história a partir de outras perspectivas. Isso incomoda um grupo de pessoas que não foram criadas para ouvir e aceitar as diferenças. E quando esse grupo é contrariado o mesmo se sente ameaçado, isso faz com que busquem inferiorizar a docente, mulher negra, e também por pensar ainda que lugar de mulher negra é limpando chão, cozinando, dentro de outros espaços, ou seja, que permaneçam submissas à elite branca. Porém as mulheres negras não aceitam mais tal subordinação e lutam todos os dias para mudar sua realidade.

Desde muito cedo tais mulheres enfrentam a discriminação por serem diferentes, por não seguirem um padrão do que é ser mulher, que é imposto pela sociedade, por seu cabelo, sua cor, pois esses dois fatores juntos com outros traços fisionômicos são ainda características que ressaltam a desigualdade, ou seja, a negritude faz com que as mulheres negras sejam

tratadas como inferiores. Quando perguntadas sobre em que momento elas se deparam com as questões raciais, a professora Maria responde:

Muito cedo, porque a escola expõe a gente a um monte de situações, hoje eu sou mãe, e como mãe, tenho medo de mandar minha criança para escola, porque já conheço tudo que ela irá passar nesse ambiente, como uma criança negra filha de pai preto e mãe preta. Porque a sociedade que está em volta da própria escola não se modificou tanto, a ponto de permitir que a cidadania desses indivíduos que na escola estão sejam garantidas, passando pelo fato de que sua condição de indivíduo negro precisa ser respeitada, valorizados pelos projetos escolares e respeitadas também no planejamento escolar e não são. Currículo, matéria, 13 de maio, o convívio com os colegas, a lista da menina mais bonita da sala, do menino mais bonito da sala, que ainda acontece. A gente ver isso em sala de aula, pessoas que não querem fazer atividades em par por que o outro indivíduo é negro, e ai vai dizer que negro fede, que negro é isso, que negro é aquilo, porque não há uma problematização de onde vem a coisa, só se naturaliza, se recebe todos os dias essa carga negativa de que nós não somos indivíduos, nós não somos pessoas, nós não somos gente, nós não temos humanidade, se não temos humanidade podemos ser tratados como bichos, daí a violência, violação de direitos, daí não ser percebido como aquilo a ser levado em consideração na construção de qualquer coisa (Professora Maria).

Minha família sempre desde pequena me ensinou a me defender, então essas questões sempre foram trabalhadas comigo desde muito cedo, por isso não passei na pele de forma agressiva por essas questões, fui preparada desde cedo para lidar com essas questões (Professora Ana).

A professora Clara relata um episódio de racismo entre os alunos “Em sala de aula, coloquei os alunos para fazer uma atividade, uma menina branca olhou para a outra que era branca também e estava sentada mais no fundo da sala e disse, olha aí fulana quem tá sentada perto de ti, eu olhei e vi que elas estavam falando de uma menina preta, que estava perto da outra.” Evidencia-se diante do episódio que o preconceito, o racismo é cometido por crianças que não sabem da dimensão desses tipos de comentários na vida do indivíduo negro. A ausência de alunos negros nas escolas é causada por esses tipos de práticas. Aos olhos de muitos são comentários, situações inocentes, mas só quem vive o racismo na pele sabe as marcas que ele pode causar na vida de um indivíduo.

Os aspectos da desigualdade são comuns na vida dessas professoras negras, pois no primeiro contato feito ouvimos o seguinte relato: “Desde o tempo de escola o racismo e a discriminação racial fazem parte do meu cotidiano. Nesse período encontrei várias barreiras no meu caminho, como a dificuldade de ter uma vida social igual a das minhas colegas brancas, dificuldades de me relacionar por causa da minha cor e do meu cabelo”.

Segue o relato de nossa colaboradora Maria: “Eu tenho que mostrar primeiro meu valor, minha capacidade, provar meu intelectual, provar que sou assim, como uma professora branca capaz de repassar um conteúdo com plena coerência, e mesmo assim, somos obrigadas a ouvir certos tipos de comentário, tipo apesar de ela ser negra ela é boazinha...” (Professora Maria).

Esses discursos evidenciam que mesmo quando a mulher negra consegue adentrar alguns espaços, que lhes eram negados, como o magistério, ela precisa mostrar que tem capacidade de exercer qualquer profissão, assim o que se observa é a desconfiança, o receio e o medo “Logo quando eu chequei pra lecionar eu dava aulas com as portas abertas e percebia que toda hora a diretora passava em frente à minha sala, ela observava o modo e o jeito que eu dava aula” relata a professora Ana. Segue o discurso da contribuinte Maria;

Toda iniciativa que você toma é percebida com desconfiança e não é uma particular minha, e ouvindo outros profissionais que relatam os mesmos fatos. Se você é professora negra você é observada com certa desconfiança, teu trabalho tem que tá mostrando a excelência, a perfeição perto dos demais, porque se não parece que você é menos professora que as demais, a impressão que passa é que você tá ali brincando e não trabalhando, que o teu trabalho não tem serenidade, além do fato que você ter que conviver com o modo com que os alunos se agredem também porque a reprodução do racismo no ambiente escolar é praticamente naturalizado, as disciplinas não vão pensar a questão racial para ser estruturada (Professora Maria)

A discriminação se encontra em todos os espaços, a professora Ana relata um episódio em que pode sentir nitidamente o racismo.

Em uma roda de conversa com meus amigos, um deles começa a elogiar a mulher negra, que mulher bonita e a mulher negra, de pele limpa, de corpo bem avantajado mulher de atitude, ele elogiou a figura da mulher negra de todas as formas, então com uma ponta de curiosidade eu perguntei, que cor é sua mulher? E ele respondeu é branca. Então parei e pensei poxa o cara elogia a mulher negra de todas as formas mais na hora h, na hora do casamento, o homem prefere uma mulher branca.

Eu vivo isso a cada dia, a toda hora você é comparada, se você é boa, mais até que ponto você é boa? Mais pelo fato de você ser negra você tem que mostrar que você é sempre mais, tem que se dar mais, e para mim eu acho que isso é uma falha a gente a todo tempo querer mostrar que a gente pode, que a gente não falha que a gente é a todo tempo forte e que a gente acaba esquecendo que a gente também é ser humano, cheios de falhas e defeitos como outro qualquer, uma pessoa branca não é perfeita, então porque temos que ser perfeito? Por que não podemos errar? (Professora Ana)

A Professora Maria complementa dizendo que, a própria pessoa negra não se permite errar. É algo já interiorizado no seu ser, porque se ela errar a primeira coisa que ela vai ouvir é “Eu não disse que essa negra não era capaz”, por tal motivo a mulher negra se sacrifica tanto em prol de uma autoaceitação.

O que se evidencia diante de tais relatos é que, apesar de possuir inúmeras qualidades, a mulher negra ainda é vista como aquela preta, que trabalhava na casa grande, servindo seu senhor em todos os aspectos, ou seja, inclusive sendo obrigada a relacionar-se sexualmente com ele. Ser professora, ser mulher e negra no Brasil, não é fácil, cada dia tais mulheres precisam demonstrar que são inerentemente fortes, que aguentam tudo, no entanto são seres humanos, elas são fortes o tempo todo, não por que querem, mas sim porque são obrigadas a se comportarem assim.

A sociedade tende a camuflar uma realidade que está escancarada para todos verem, porém o que se observa é uma falsa moralidade, uma falsa democracia e igualdade. Eva Aparecida da Silva, chama atenção para esse fato dizendo que não abrir os olhos para a realidade existente no Brasil “[...] é contribuir direta e indiretamente para a reprodução da realidade existente tanto difícil a ascensão social e profissional do negro e principalmente da mulher negra “(SILVA, 2003, p. 57). Ser professora hoje no Brasil, como nos relatou uma contribuinte é matar um leão todos os dias.

A escola é o segundo órgão que oferece o contato desse grupo com as diversas discriminações presente na sociedade, a partir desse órgão elas percebem que dentro da sociedade há uma exclusão de determinado grupo. Quando perguntada sobre sua trajetória escolar, a professora Maria respondeu:

Eu só me descobri negra na escola, foi lá que comecei a lidar com algumas situações que me fizeram vê que vivemos em uma sociedade em que a cor a “raça” e a classe social determina quem você é. Antes não percebia estes estereótipos que permanecem enraizados em nossa sociedade (Professora Maria).

Já a professora Ana diz que sua trajetória escolar foi bem tranquila, desde o início estudou em escolas particulares, condição essa dada pelos seus pais adotivos. A mesma relata ainda que não vivenciou o que suas irmãs de cor vivenciaram, mas pode perceber algumas vezes as várias formas que o racismo e o preconceito se apresentam na vida da mulher negra. Pode-se perceber a partir do diagnóstico da professora Ana que ela vivenciou o que Bourdieu (2010) chama de violência simbólica conceituada anteriormente.

Na formação tanto profissional como pessoal teve grande importância a instituição familiar, que fez com que essas mulheres se emancipassem e praticassem a resiliência. A família nesse processo de se autorreconhecer como uma mulher negra foi essencial na formação das participantes da pesquisa. Segundo o relato da professora Maria:

Minha mãe mesmo sem saber foi fundamental na minha trajetória, de me auto aceitar assim como eu sou, foi ela que ajudou na minha identificação como mulher negra, minha mãe foi a primeira questionadora de que mulher não pode, minha mãe foi a primeira questionadora de que pobre não tem vez, a minha mãe foi a primeira questionadora que preto tem o lugar dele, minha mãe foi a primeira questionadora que eu conheci que questionava todas essas caixinhas que colaram, pobre, mulher e negro, do jeito dela, minha mãe foi uma guerreira do modo como deu na época dela (Professora Maria)

A família das colaboradoras foi essencial para que elas se tornassem as mulheres que são hoje, mulheres estas que lutam em prol de sua igualdade. Por causa da cor da pele as pessoas simplesmente excluem as outras, por não aceitarem que se vive em uma sociedade diversa e dispomos de uma etnia diversificada. O povo brasileiro é formado a partir de etnias diversas e por causa da exclusão, algumas pessoas acabam não se aceitando em decorrência de um padrão estabelecido por um sistema racista e preconceituoso.

Desde muito nova comecei a alisar o cabelo, para tentar me encaixar na sociedade, por causa da minha cor, do cabelo, enfrentei inúmeras barreiras, uma delas foi não me sentir mulher, achava que nem um homem iria me olhar como mulher, e por causa disso mudei minha orientação sexual, comecei a agir como homem para me sentir mais, pois como se sabe o homem negro é discriminado mais não como a mulher negra, hoje estou no momento de me auto reconhecer como um ser humano e de auto identificar com as minhas origem (Professora Maria).

Uma das perguntas feitas as minhas contribuintes foi: o que a levou a escolher o caminho da docência? E a professora Maria respondeu:

São passos, minha mãe era educadora, minha mãe é do tempo do magistério, ela fez o 4ª adicional, ela era professora e estudante ao mesmo tempo de língua portuguesa, como ela acaba se especializando depois. Quando me dó por mim, minha mãe funcionária pública na condição de secretaria de uma repartição que trabalhava com agricultores, com produtos rurais. Então minha mãe professora dali professora de lá, essa referência essa coisa toda, na vizinhança era a pessoa que as pessoas corriam atrás para se esclarecer sobre documentos, sobre cobrança sobre conta minha mãe era uma espécie de liderança da nossa vizinhança. E minha escolarização foi fazendo com que eu me apaixonasse, primeiro porque eu tive uma professora de história

terrível, durante minha vida quase toda todas as experiências de discriminação que eu vivi foi por conta desse indivíduo. Então eu disse para mim mesma, se um dia eu tivesse a oportunidade de ser professora, eu vou ser melhor que esse indivíduo. Então quando chegou no 3^a ano do ensino médio eu já sabia que queria ser professora só não sabia de que área, aí apareceu a sociologia e filosofia como disciplinas que eu gostava de fazer de ter aulas de fazer avaliação, mais talvez história seja vocação, a história sempre esteve presente, eu brinco dizendo que a história mi escolheu. Quando chegou a hora de fazer vestibular, eu olhei a lista lá, não levei em consideração áreas do conhecimento que tinham mais status sociais porque são áreas que acabam tendo para a nossa realidade um impedimento de atuação para fazer justiça social, sem falar que toda profissão é boa, você se identificando com ela se realizando nela, das mais simples a mais gabaritadas.

Com tudo, a escola pra mim foi o primeiro campo de batalha, que me impôs essa condição de pessoa negra, e percebe que a única saída era o estudo, de estudante eu virei o outro lado da moeda, acabei virando educadora, o que um dia foi rebeldia lá na escola depois vai virar percepção de questões sociais que precisam ser imediatamente se transformar em ação e talvez o campo privilegiado para isso seja a docência, que é o espaço que faz com que tenha a oportunidade de dando diretamente os indivíduos mais prejudicados pelas estruturas social, e o campo de batalha que mim senti mais confortável. E o local onde posso travar minha batalha contra as opressões que permeia a vida da pessoa negra (Professora Maria).

Eu entrei muito cedo no campo da educação por causa da minha família a qual eu cresci, mais principalmente por causa da minha mãe que é educadora, e por que eu me identifico muito com aquelas crianças mais necessitadas de ensino, sempre fiquei com salas mais bagunceiras da escola. Para mim a docência foi o caminho que eu encontrei para contribuir com minha sociedade (Professora Ana).

Por causa da minha condição social, filha de família simples, meus pais não tinham condições de pagar um curso superior, tanto é que cursei todo o meu ensino nas redes públicas do município, o magistério foi a única opção que eu tinha na época (Professora Nina).

Outra pergunta feita foi, se elas sentiam as questões de “raça” e classe dentro da instituição escola, e a resposta foi que sim, e segundo a docente Maria a desigualdade:

Começa no currículo escola, o currículo não é só conteúdo, mais o conteúdo é boa parte do currículo, o currículo escolar ele possibilita, mas não permite, que os temas transversais sejam trabalhados, ecologia, drogas questões de gêneros. As escolhas profissionais que eu fiz que também passam por escolhas pessoais de fazer com que a minha ancestralidade africana aparecesse como possibilidade para meu aluno, ela é muito questionada, ela vai aparecer sempre no dom da brincadeira, por eu mudei a cor do cabelo, o modo que eu mim visto porque eu uso brinco só de um lado tudo é questionado e quando não é floclorizado, a eu acho bonito, não e pra acha bonito, a minha identidade não é uma fantasia, a minha identidade é minha

identidade, eu não tô me fantasiando negra pra agradar ninguém eu estou fazendo um exercício de construção de minha própria identidade e ao mesmo tempo permitindo que meus estudantes que eu trabalho com quem eu passo 4, 5 horas diárias, que as pessoas possam olhar e dizer, eu não preciso alisar meu cabelo já que meu cabelo tem outra textura que não o liso, existe outras possibilidades de manter meu cabelo (Professora Maria).

Em relação a essa pergunta, todas as colaboradoras são categóricas em afirmar que o ambiente escolar precisa de apoio para lidar com as questões que o racismo apresenta. A pergunta seguinte foi se dentro da instituição escolar elas sofriam preconceito, a professora Maria respondeu:

Você professora, negra, você tem que mostrar que você é melhor, nós estamos duas vezes atrasados, então temos que ser seis vezes melhor. E basicamente toda iniciativa que você toma é tomada com desconfiança, e não é uma questão particular minha, não é uma experiência pessoal minha e ouvindo outras professoras negras. Se você é professor (a) negro (a) você é observado com desconfiança (Professora Maria).

A professora Ana e Nina dizem que nunca sofreram ou perceberam alguma forma de preconceito contra si, mais elas nos dá indícios daquilo que Pierre Bourdieu chama de violência simbólica, como já mencionada, como por exemplo, frase do tipo: “Eita negra mais hoje você está bonita, eita negra inteligente”, sempre usando a palavra negra para tentar diminuir o indivíduo negro, ou seja, apesar dela ser negra, ela é inteligente ou bonita, como se o indivíduo negro não pudesse ter tais qualidades.

A escola todos os dias impõe as mulheres negras que ali não é seu lugar, por acharem que aquele não é seu lugar de direito. Estas são forçadamente intimidadas a darem seu máximo, porque se ela fracassar todos irão dizer “Eu não disse que preto não serve para tal cargo”, por isso por muitas vezes elas acabam se desgastando muito mais que as mulheres brancas, por querer mostrar o quanto são capazes e capacitada para tal função. A discriminação racial é tão forte que muitas das vezes faz com que a própria pessoa negra não se aceite, segundo Eva Aparecida:

As mulheres negras e os homens negros podem a vir a recusar seu próprio corpo, que é visto por eles como sinônimo de inferioridade de incapacidade, de irracionalidade, de dor de sofrimento, em função da discriminação do preconceito e do racismo, aos quais são submetidos. Com isso eles buscam se aproximar do padrão ideal branco civilizado, capaz, superior (SILVA, 2003, p. 28).

Para constatar tal realidade, basta verificar os dados dos censos realizados, ou se fazer a seguinte pergunta: em qual função a mulher negra é mais encontrada? A resposta não é muito difícil, basta olhar para a sociedade, com quem as mulheres brancas deixam seus filhos quando vão trabalhar fora? É muito difícil até mesmo numa sociedade que se diz moderna, que se diz não racista, uma empregada doméstica branca, uma babá, uma zeladora, assim como é difícil ver em determinados espaços mulheres negras ocupando cargos de prestígios, como, juíza, advogada, médica, engenheira. Num país em que há uma divisão social de classe, a desigualdade pode ser identificada facilmente.

A mulher negra além de enfrentar os vários preconceitos conferidos a ela pelos homens, ainda tem que lidar com os preconceitos vindos de suas próprias irmãs brancas. Sojourner Truth, como já mencionado, faz essa crítica ao posicionamento das mulheres brancas, no seu discurso mais conhecido: “*E eu não sou uma mulher?*”. Ela faz essa crítica porque as mulheres brancas não queriam dar voz a suas irmãs de cor, como já mencionado no capítulo anterior.

O diálogo de Sojourner Truth nos oferece a percepção que ser diferente não é ruim, usar nossas diferenças como armas contra as opressões as quais somos submetidas como algo criativo e não como algo que nos separa uns dos outros, fazendo com que essa divisão social não permaneça estratificada em nossa sociedade. A professora Maria, relata que uma das formas que utiliza no combate às desigualdades conferidas à mulher negra é reforçar sua ancestralidade, mostrando para seus alunos através de si mesma, as especificidades da mulher negra. Isso é apresentado através de suas roupas, do modo como arruma o cabelo, a forma de usar os acessórios.

Constata-se através da narrativa da professora Maria, que romper com o silêncio é se autoidentificar, é se autoaceitar, transformar-se numa “arma” para mudar mentalidades. Quando falamos em romper com o silêncio não estamos nos referindo somente a responder alguém diretamente, mas sim aos diversos silêncios que se impõem a mulheres, negras e professoras. É, portanto, romper com os silêncios institucionais, silêncio de morte negra, da desigualdade ou quando olhamos o país no qual vivemos em que a maioria é negra e estes não são representados em determinados espaços, pois tais silêncios foram criados por uma voz única, a voz da branquitude e masculinidade; é quebrar também com o próprio silêncio que existe dentro da pessoa negra, que muitas vezes não se vê e não se aceita como pessoa negra. Conforme Santos, “[...] as mulheres negras, necessitam reencontrar a sua identidade, valorizar suas raízes, se assumir enquanto afrodescendentes e agentes ativos desse processo de democratização” (SANTOS, 2009, p. 5)

A professora Maria relata ainda que no combate contra as desigualdades formou um grupo que trabalha em prol da visibilidade do indivíduo negro, tal grupo trabalha as questões raciais de forma artística, trazendo para o público as raízes culturais da população negra. Esse movimento social, que ocorre na cidade de Codó e arredores, conta com várias atividades, como grupo de leituras, danças e debates. O movimento comandado pela professora Maria, possui a finalidade de desconstruir discursos preconceituosos camuflados no seio da sociedade. Os debates proferidos pelo movimento ajudam a repensar as lacunas sobre os assuntos existentes em nossa sociedade, como: racismo, sexismo e classe social. Ao passo que as mulheres negras se fazem presentes em espaços que lhes são negados, como a docência, constata-se as desigualdades que reverberam dentro da própria instituição escolar.

O que se evidencia sobre a condição da mulher negra e professora da rede pública da cidade de Codó é que a presença destas nesse espaço é pouco visível. A escola apresenta-se como um ambiente de segregação racial, essa segregação ocorre tanto por parte dos alunos, como também por outros membros que compõem essa instituição.

A opressão sofrida por tais mulheres em suas trajetórias de vida pessoal e acadêmica revela, portanto, o mito da democracia racial no Brasil e a superioridade de um grupo que se considera homogêneo sobre um grupo reprimido e subalternizado. Porém, se pode ver nas falas destas mulheres o orgulho que elas mesmas têm de si, de ter chegado onde chegaram. Como revela o relato da professora Nina:

Nunca imaginei chegar onde eu cheguei, nunca passou na minha cabeça chegar a um curso superior, meu sonho mais alto era terminar o ensino médio, para mulher negra chegar a cursar um curso superior naquela época era um sonho distante, que não cabia a mim sonhar, mas hoje sou uma professora concursada, que tem muito orgulho de quem eu me tornei hoje, as condições não eram fáceis mais graças ao incentivo de minha mãe nunca desisti de meus sonhos, quando acontecia alguma coisa que me magoava na escola, como os apelidos dos colegas como negrinha, negra zarara, quando eu chegava em casa e falava para minha mãe que não queria mais ir para escola, minha mãe dizia o seguinte, então fica em casa e se torne como eu, aí no outro dia eu pegava meus cadernos e ia para escola (Professora Nina)

Ser mulher, negra e professora hoje é um grande desafio, pois o campo educacional se apresenta para elas muitas vezes como um campo de batalha, onde todos os dias elas lutam para reformular percepções eurocêtricas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se iniciou o trabalho de pesquisa constatou-se que o racismo e a discriminação que configuram de modo sucinto a existência da população negra, principalmente da mulher negra, desde sua infância à adolescência e até mesmo na fase adulta deixaram feridas que as mesmas tentam cicatrizar até hoje. A violência seja ela simbólica, como aponta o sociólogo Pierre Bourdieu (2010), fizeram com que elas se tornassem quem são hoje, indivíduos cruelmente marcados por preconceitos desde à sua infância a fase adulta. Pois como foi possível constatar essas questões foram lhes apresentadas muito cedo, muitas das vezes no seio familiar, depois na escola e, posteriormente, no trabalho.

Como foi dito por uma das colaboradoras, a criança negra não tem a chance de ser inocente, pois as questões que permeiam a existência da população negra lhes são apresentadas muito precocemente. Constatou-se que o ambiente escolar se apresenta para a criança negra, como um ambiente de difícil acesso, talvez seja um dos motivos pelos quais alunos negros acabam desistindo de estudar.

Diante do levantamento das entrevistas com nossas colaboradoras, Maria, Ana, Clara e Nina, evidenciou-se as várias categorias do que é ser uma mulher, e principalmente mulher negra ocupando um lugar que para muitos não a pertence. Assim “raça”, classe e identidade de gênero legitimam as desigualdades, bem como, a relação de poder no Brasil.

As entrevistas proferidas pelas colaboradoras desta pesquisa monográfica rememoraram para nós e para elas uma realidade ainda presente em nossa sociedade. Para as participantes nos ajudar na busca por vestígios das múltiplas opressões que a mulher negra sofreu e sofre foi reconstruir um legado de dor, opressão e de inúmeras subordinações, tanto por parte dos homens como por parte das suas irmãs brancas.

Ao ver uma criança branca fazendo brincadeiras depreciativas com uma criança negra por causa de sua cor ou cabelo é para elas voltar no tempo e lembrar todos os seus traumas e medos. O nosso maior problema encontrado nessa pesquisa foi fazer com que elas rompessem o silêncio que muitas têm dentro de si. Em nenhum momento as colaboradoras hesitaram ou se negaram a nos ajudar, porém podemos observar diante das perguntas feitas, que algumas das colaboradoras, de certa forma, se sentiam retraídas, tentavam apagar as duras lembranças do seu passado ou tinham medo que sua fala lhe prejudicasse.

Relembrar estes estigmas, racismo e discriminação por classe e gênero, que configuram a existência dessas mulheres, para elas não foi fácil, mas algo preciso, pois renomear tal realidade é dar voz a um grupo de indivíduos que por muito tempo ficou em

silêncio e invisível. Dar voz a essas mulheres é, antes de tudo, ir de encontro a todos esses silêncios, e quando falamos nos silêncios não estamos apenas nos referindo aos silêncios verbais, mas a todos os silêncios que comportam essas mulheres. É ir ao encontro de uma voz única, que inviabiliza estas mulheres negras, por isso concluímos que nossa pesquisa foi em si mesma um lugar de fala para essas trajetórias de vida, uma vez que aqui suas vivências compartilhadas foram norteadoras para nossa reflexão.

As experiências vivenciadas por essas professoras, na infância, na adolescência e na fase adulta, não hesitaram as mesmas agora como professoras das várias mutilações da discriminação racial, pelo contrário, para essas mulheres negras e agora professoras, lecionar é um ato de bravura, mais um desafio, para aquelas que têm no corpo e na alma a marca do gênero da “raça” e da classe. O campo educacional se apresenta para elas como um campo de batalha, pois é ali que elas tentam reconstruir uma sociedade diferente dessa, na qual a mulher negra e a população negra em geral são retratadas a partir de estereótipos criados desde a escravidão.

Apesar de tantas dificuldades, a escola se apresenta para elas como uma ferramenta de transformação, pois é através da educação que as mentalidades serão transformadas, pois ninguém nasce sendo racista, isso é algo construído socialmente.

Como relatou uma colaboradora, o caminho da docência foi o meio que ela encontrou dentro de suas limitações para trabalhar essas questões de modo mais direto. Diante de suas limitações como mulher negra, o campo educacional se abriu para elas como o meio possível para promover uma transformação social. Segundo relatam nossas colaboradoras a educação vai para além de ensinar os conteúdos do currículo; é para elas uma ferramenta de transformação social.

O objetivo dessas professoras é desconstruir esses estereótipos criados em torno do indivíduo negro e, principalmente, da mulher negra, para tanto a educação foi a ferramenta encontrada por ela para promover tais debates. Não é um desafio fácil de ser alcançado, como aponta as colaboradoras, pois todos os dias a sociedade de todas as formas as inibe, dizendo que aquele não é seu lugar, que lugar de negra é na cozinha, em serviços gerais, limpando ou cuidando da família de outras pessoas.

Uma das medidas no combate ao racismo na escola é a lei 10.639 de 2003. Essa lei obriga as escolas públicas e privadas a aderirem o ensino da cultura africana e afrodescendente no ambiente escolar. Evidenciada pelas colaboradoras como aporte legal e fundamental para o enfrentamento ao racismo estrutural.

Ficou evidenciado que as concepções racistas vêm se alastrando há séculos, precisamente desde o final do século XIX, sobretudo após abolição da escravidão. Tais concepções racistas tinham naquela época e até hoje como alicerce comportamentos sociais racistas, imputando nas pessoas negras a subjetividade de que não podem fazer parte dos mesmos espaços daqueles que se apresentam como superiores e universais, ou seja, impedindo a transcendência da população negra e principalmente da mulher negra.

No decorrer desta pesquisa monográfica reconhecemo-nos nas narrativas das professoras, Maria, Ana, Clara e Nina, pois como essas mulheres, carregamos em nós as múltiplas mutilações das quais as mulheres negras e não negras são sujeitas todos os dias. Entramos de um jeito e saímos de outro, em particular para mim professora em formação, filha de mulher negra, realizar essa pesquisa foi um encontro com nossa própria história, pois em cada relato contado por essas professoras era como olhar no espelho e ver a nós mesmas. Conhecer as narrativas da professora, Maria, Ana, Clara e Nina, foi ir ao encontro de nossa própria identidade, compreender nosso lugar de fala.

Cada entrevista, cada encontro com essas professoras nos possibilitou rever nossos próprios valores e concepções. Saímos mais predeterminadas a dar voz a um grupo que por anos passa a viver no campo da invisibilidade. A palavra que define essas professoras, se é que toda a sua luta pode ser definida em uma palavra, é resiliência, pelo fato de se reconstruírem todos os dias. Pois como já relado, ser mulher e ser negra no Brasil é um grande desafio, basta verificar os inúmeros diagnósticos apresentados pelo atlas de violência (IPEA, 2019) contra a mulher e, principalmente, a mulher negra.

O racismo e toda a sua conjuntura, vai para além do não gostar, é um crime de ódio e uma falta de aceitação. As opressões vivenciadas por essas mulheres negras estão relacionadas com tais categorias. Porém, observa-se que apesar dos traumas, das cicatrizes no corpo e na alma, isso nunca as impediram de lutar por seus direitos, pelo contrário, lhes fizeram querer a partir de suas narrativas mostrar como a população negra e a mulher negra são subjugadas.

Buscamos discutir sobre as categorias de gênero, classe e “raça” realizando um clivagem analítica e conceitual com as narrativas das professoras, selecionadas a partir do seu fenótipo, pois se constatou que no decorrer desse trabalho de pesquisa para alcançar nosso objetivo geral a análise dessas categorias se fazem necessárias para compreendermos todos os paradigmas que envolvem a invisibilidade destas mulheres, tais categorias não poderiam ser estudadas separadamente, pois assim como gênero estar para raça, a “raça” estar para classe.

Priorizamos analisar obras de autoria negra e do movimento feminista negro como: Angela Davis (2016) Djamila Ribeiro (2017), mas também autoras filiadas a outras correntes dos feminismos, tal como Simone de Beauvoir (2016) para assim verificarmos como as categorias de “raça”, gênero e classe se configuram na vida destas professoras e, como elas se apresentam no seu campo de trabalho para assim pensar como tais categorias ainda são as razões, sociais e históricas, da invisibilidade a mulher negra.

Analisando as narrativas das professoras Maria, Ana, Nina e Clara concluímos que, o racismo e todo os seus paradigmas ainda são questões trabalhadas em dias específicos, como o dia 20 de novembro, isso em algumas escolas, porque em outras escolas foi dito pelas professoras que nem nessa dada essa questão é colocada em debate, isso devido a vários motivos como por exemplo uma diretora que não está interessada nesse tipo de assunto ou pelo próprio currículo, que permite, mas não fornece uma base sólida para promover tal debate. Nesse sentido, se constatou que as escolas apresentam dificuldades para promover com eficiência o que assevera a lei 10.639 de 2003.

As professoras negras são o grupo que mais debate esses temas em sala de aula, são elas que mais enfatizam essas questões, talvez porque seja algo que elas conhecem bem e sabem do quanto essa temática pode modificar a vida dos indivíduos; pois grandes são os impactos que as atitudes racistas podem causar na vida de quem vivencia o racismo em seu cotidiano.

Constatou-se também diante de alguns discursos proferidos por nossas colaboradoras o quanto algumas delas ainda têm medo desse incômodo que sua voz causa a determinados grupos, porque levantar a bandeira contra o racismo, o sexismo e o machismo é chamar atenção para si, você é apontada como aquela que quer aparecer, chamar atenção e chamada de coitadinha, por isso muitas vozes ainda permanecem silenciadas. O que foi constatado no cruzamento dos conceitos discutidos nessa pesquisa e as entrevistas realizadas com nossas colaboradoras é que não se problematiza o racismo, apenas o naturalizam.

O mito da democracia no Brasil ainda é muito forte, pois todos sabem que vivemos em um país racista, porém boa parte da sociedade nada faz para mudar essa realidade, ao contrário, é mais cômodo fechar os olhos e pensar que aquilo não é problema seu. Sendo que racismo deveria ser uma preocupação de todos.

Todos têm o dever e o compromisso de promover essas discussões, porém como salienta Djamila Ribeiro (2017), o indivíduo deverá promover tais debates, pensando seu lugar social. Por exemplo, o indivíduo branco deve falar a partir de sua condição de pessoa branca, de como seus privilégios impactam diretamente na vida de outros indivíduos, e não

querer interiorizar uma realidade que não é sua, porque até o momento que esses indivíduos brancos quiserem ser porta voz desse grupo o que haverá será apenas uma perpetuação da representatividade desses indivíduos, encontrados invisíveis e representados a partir de estereótipos. Não estamos aqui de forma nenhuma dizendo que somente o negro pode debater sobre racismo, até porque há lugares ainda que essas pessoas não conseguiram chegar, mas estamos dizendo que cada indivíduo possui seu lugar de fala, porém esse lugar de falar deverá ser pensado a partir de sua localização social.

É preciso que esse grupo que por tantos anos teve uma segunda voz, não tenha medo de falar, esse processo não é fácil, pois essas mulheres vivem em um processo de desconstrução dessas construções sociais- históricas. Assim como autoras como Maria Firmina dos Reis, Djamilá Ribeiro, Conceição Evaristo, Maria de Jesus dentre muitas outras que encontraram na escrita e na literatura um meio para combater as múltiplas opressões que a mulher negra é vítima, as professoras, Ana, Maria, Nina e Clara encontraram no ambiente educacional uma forma de ajudar no combate a tais opressões. A sala de aula foi o caminho encontrado por elas para promover um trabalho social, que envolve o combate ao racismo, a saber: uma educação antirracista.

Conclui-se que o objetivo geral foi alcançado, pois a pesquisa conseguiu mostrar a partir das análises teóricas e das narrativas proferidas pelas professoras, que todos os conflitos que tentam inviabilizar a mulher negra estão associados à preconceitos preconcebidos por um determinado grupo; o racismo se configura até os dias atuais como um meio de excluir, reprimir e oprimir uma parcela significativa da sociedade. Até o momento esse grupo se sente e se vê como superior, assim não discute com mais serenidade todas essas questões que permeiam nossa sociedade e enquanto a mulher negra não se apropriar de sua própria história, nada será verdadeiramente mudado. Contudo verifica-se que o ambiente escolar se encontra com certa dificuldade para trabalhar tais questões. Não adianta ter leis, se os órgãos responsáveis por elas não fornecem uma base sólida para executá-las. Por isso é necessário urgentemente reavaliar nosso ensino escolar e fazer com que a lei 10.639 de 2003 seja executada com eficácia e compromisso de todos. A mulher negra tem que se apropriar de sua própria história para assim promover mais debates sobre racismo e discriminação racial; precisamos que esses indivíduos falem sem ter medo do incômodo de sua voz, pois se estamos incomodando isso é sinal que alguém está nos ouvindo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Miriam. A literatura negra feminina no Brasil—pensando a existência. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 1, n. 3, p. 181-190, 2011.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos/experiências**. 3 ed. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a. v.2
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b. v.3.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-brasileiras", e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm Acesso em: 29 mai. 2021.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.
- CENTRINY, Cícero. **Terecô de Codó: uma religião a ser descoberta**. São Luís: Zona V Fotografias Ltda., 2015.
- CODÓ. **Lei nº 726, de 04 de Julho de 1983**. Revoga a lei nº 574/ 79, de 31 de Maio de 1979 faz a divisão da cidade, delimita seus bairros e dá outras providencias. Disponível em: <http://www.codo.ma.gov.br/portal/legislacao/> Acesso em: 05 de abril de 2022.
- DAVIS, Angela. **As mulheres negras na construção de uma nova utopia**. Conferência realizada no dia 13 de dezembro de 1997, em São Luís na 1ª jornada cultural, Lélia Gonzales, promovida pelo Centro de Cultura Negra do Maranhão e pelo Grupo de mulheres negras mãe Andreza, 2011. Disponível em : [/www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis](http://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis). Acesso: 10 jun. 2021.
- DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- EVARISTO, C. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In ALEXANDRE, M. A. (Org.) **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Maza Edições, 2007.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Altas 2008.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.
- IPEA. **Atlas da violência 2019**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acesso em: dez de 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed.-São Paulo: Atlas, 2003.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: RATTTS, Alex. (org). **Eu sou Atlântica sobre a vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: imprensa oficial do estado de São Paulo/Instituto Kuanza, 2007.

NOGUEIRA, Isildinha Batista. **Significações do corpo negro**. 1998. 146 f. tese (Dourado em psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento Justificando, 2017.

SANTOS, Walkyria Chagas da Silva. A mulher negra brasileira. **Revista África e Africanidades**, n.5, mai. 2009.

SILVA, José Augusto Medeiros. **CRUTAC: a história da Extensão Universitária da UFMA no município de Codó**. São Luís: EDUFMA, 2013.

SILVA, Maria Nilza Da. A mulher negra. **Revista espaço Acadêmico**. n.22, mar. 2003. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/022/22csilva.htm>. Acesso em 22 dez. 2021.

Silva, Mônica Lima. **Onde as raparigas não entram: relações de gênero e sociabilidade no Centro Operário Codoense - MA**. 2018. Disponível em: <https://rosario.ufma.br/jspui/handle/123456789/2677><https://rosario.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/2677>. Acesso em 05 de abril. 2022

SILVA. Eva Aparecida da. **Presença e experiência da mulher negra professora em Araraquara**. 2003. 210f. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Campinas, 2003.

SOUSA, João de Deus Lima. **Plano diretor participativo** – Codó: uma cidade de todos. Codó: Prefeitura Municipal de Codó, 2006.

SOUSA, Neusa Santos. **Torna-se negro: As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: edições Graal, 1983.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da pesquisa científica**. 2 ed. Curitiba: IESDE: Brasil S.A, 2009.

VALENTE. Ana Lucia. **Ser negro no Brasil hoje**. São Paulo. Ed: Moderna 1994.

APÊNDICE -A



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - CAMPUS DE CODÓ CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS/HISTÓRIA

ORIENTADORA: Dr. FRANCIELE MONIQUE SCOPETC DOS SANTOS

JOSÉLIA DA SILVA DOS SANTOS

MULHER, NEGRA E PROFESSORA: representações de gênero, classe e raça pelo olhar
de docentes da educação básica do município de Codó

Questionário utilizado na pesquisa de campo

1. O que é ser uma criança negra?
2. Como foi sua trajetória escola?
3. Como você se classifica dentro da sociedade?
4. Quando que você percebeu que era uma mulher negra?
5. Em que momento você se deparou com as questões raciais?
6. Em algum momento de sua vida, tanto profissional como pessoal a cor de sua pele, seu modelo de cabelo seu modo de se vestir interferiu de alguma forma?
7. Você já se sentiu excluída por causa de cor?
8. O que a levou a escolher pela carreira do magistério?
9. Como você classifica o ambiente escolar?
10. A preconceitos dentro desta instituição? Se sim, como ele se apresenta?
11. Você já vivenciou alguma forma de preconceitos / racismo dentro da instituição?
12. A questão do racismo, preconceito e colocado em debate nas escolas que você trabalha? Se sim, de que forma? Ele constitui uma preocupação dos projetos políticos pedagógicos e da prática pedagógica da instituição?
13. Como essa questão é trabalhada por você em sala de aula, enquanto mulher negra?
14. Você se sente sendo avaliada por ser uma mulher negra ocupando um lugar que por muitos anos lhes foram negados, ou seja, por causa de seu fenótipo?
15. Qual a formação de seus pais?
16. Qual a participação de sua família na sua formação tanto pessoal como profissional?
17. Que metodologias, ferramentas as instituições escolares deveriam adotar para trabalhar as questões raciais?
18. O que é ser hoje uma mulher negra e professora?